

Edição 8 - Abril 2019 | Ano 3

# RIG + POLÍTICAS PÚBLICAS



# Abrig

Associação Brasileira de  
Relações Institucionais  
e Governamentais



## DESAFIOS DA PREVIDÊNCIA

Chega ao Congresso a proposta do governo para reformar o sistema previdenciário dos setores público e privado. Em jogo, a solvência do Estado e a garantia dos benefícios.

### HOMENAGEM

As Mais Exponentes Mulheres Brasileiras pela Ética, Transparência e Cidadania.

# PALAVRA DO PRESIDENTE

## PREZADO LEITOR,

Chegamos orgulhosos e com novidades ao terceiro ano de edição desta revista da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig) – a única do mundo dedicada ao tema. Condizente com os compromissos e objetivos estratégicos da Entidade, a publicação passa a se chamar RIG + Políticas Públicas.

Este é o resultado da evolução deste produto editorial dedicado ao fortalecimento, à capacitação e a informação de nossa categoria, interessados e toda a sociedade, além de cooperar com o debate na elaboração de políticas públicas e com o desenvolvimento econômico e social do Brasil. O ano de 2019 começa renovado pela nova legislatura do Congresso Nacional, pela posse de um novo presidente e pelo inadiável desafio das reformas, sendo a primeira a da previdência, tema de capa deste número. O outro destaque que trazemos neste mês das mulheres é a homenagem às 22 líderes brasileiras que se destacaram em 2018.

O leitor também poderá conferir nas próximas páginas o especial momento pelo qual os profissionais brasileiros de RIG passam, graças a importantes avanços legais, institucionais e políticos na direção do pleno reconhecimento do seu papel,

na construção da democracia, elaboração e aperfeiçoamento das ações do Estado e do seu relacionamento com a sociedade. Prova disso é o elevado nível dos encontros promovido pela nossa plataforma de “Debate de Políticas Públicas”.

Destacamos, ainda, a grande evolução no engajamento do nosso maior patrimônio, os Associados. Foram criadas categorias e um novo modelo devolutivo dos recursos empregados em nossa relação. Passamos a ter Associados Diamante, Ouro, Prata, Bronze para PJs e Sócio Patrocinador para PFs, tudo para realçar a relação entre Entidade e Associado.

A regulamentação do “lobby” ou melhor, da atividade de RIG tem se firmado como prioridade do governo federal e do Parlamento, na perspectiva de mais transparência, legitimidade e institucionalidade no debate entre o público e o privado, O diálogo realizado de forma ética e transparente coopera, conforme podemos observar no mundo, para a assertividade das políticas públicas. Boa leitura!

**Guilherme Cunha Costa**  
Presidente da Abrig



**Abrig**  
Associação Brasileira de  
Relações Institucionais  
e Governamentais

## EXPEDIENTE

A RIG + Políticas Públicas é uma publicação da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig).

**Presidente da Abrig:** Guilherme Cunha Costa.

**Superintendente do IEL Nacional:** Gianna Cardoso Sagazio.

**Jornalista-Responsável:** Sílvio Ribas.

**Conselho Editorial:** Paulo Castelo Branco (Presidente), Eduardo Fayet, Isadora Campos, Ivonice Campos, Jeanne Francine Moor, Karine Gonzaga, Karolina Aspesi Abreu e Sílvio Ribas.

**Editor:** Sílvio Ribas

**Colaboraram com esta edição:** Adriana Vasconcelos, Isadora Campos, Karine Gonzaga, Livia Azevedo, Marcel Van Hattem, Miguel Gerônimo da Nóbrega Neto, Rafael Moura, Sílvio Ribas e Torquato Jardim.

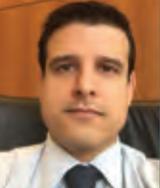
**Produção:** Karolina Aspesi Abreu.

**Design Abrig:** Pablo Amorim e Bees Comunicação.

**Diagramação:** Easee Propaganda.

PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTES							
								
Guilherme Costa (Presidente)	Jack Correa (1º Vice-Presidente)	Renault Castro (Vice-Presidente)	Stella Cruz (Vice-Presidente)	João Henrique (Vice-Presidente)	Marcelo Moraes (Vice-Presidente)	Angela Rehem (Vice-Presidente)	Ivonic Campos (Vice-Presidente e Dir. Relações Institucionais)	Marcelo Tognozzi (Vice-Presidente e Dir. Internacional Espanha)

VICE-PRESIDENTES			DIRETORIA NUMERADA				DIRETORIA	
								
Mauro Falsetti (Vice-Presidente)	Marcos Lima (Vice-Presidente)	Luís Henrique Bezerra (Vice-Presidente)	Cesar Galiza (1º Secretário)	Gustavo Carneiro (2º Secretário)	Tatiana Porto (1ª Tesoureira)	Ana Fidelis (2ª Tesoureira)	Ana Carolina Lacerda (Diretora)	Antônio Marcos (Diretor)

DIRETORIA								
								
Carolina Venuto (Diretora e Dir. Capacitação)	Daniel Mendonça (Diretor)	Delcio Sandi (Diretor)	Jean Carlo de Castro (Diretor)	Lucien Belmonte (Diretor)	Marcelo Bechara (Diretor)	Márcio Artiaga (Diretor e Dir. Regional RJ)	Ricardo Ramires (Diretor)	Ricardo de Saboya (Diretor)

DIRETORIA	CONSELHO FISCAL					CONSELHO DE ÉTICA		
								
Roberto Jucá (Diretor)	Frederico Borges (Presidente Conselho)	Eliza Samartini (Conselheira Fiscal)	Gustavo Cezário (Conselheiro Fiscal)	Marcos Borges (Conselheiro Fiscal)	Andrew Greenlees (Conselheiro Fiscal e Dir. Regional SP)	Paulo Castelo Branco (Conselheiro de Ética)	Godofredo Diniz (Conselheiro de Ética)	Suzana Tostes (Conselheira de Ética)

CONSELHO SUPERIOR								
								
Cícero Araújo (Presidente)	José Alves (Vice-presidente)	Reginaldo Braga (Vice-presidente)	Paulo Tonet (Conselheiro Superior)	Henrique Rzezinsk (Conselheiro Superior)	Toninho Queiroz (Conselheiro Superior)	Valdir Simão (Conselheiro Superior)	Carlos Cidade (Conselheiro Superior)	Luiz Antônio (Conselheiro Superior)

CONS. SUPERIOR	DIRETORIA INTERNACIONAL				DIRETORIA REGIONAL			
								
Murillo Aragão (Conselheiro Superior)	Lucas Veiga (Dir. Inter. Canadá)	Manoel Santos (Dir. Inter. EUA)	Tania Rodrigues (Dir. Inter. Itália)	Adriana Maugeri (Dir. Regional MG)	Isabella Martins (Dir. Regional MG)	Maximiliano Nogueira (Dir. Regional MG)	Daniela Christovão (Dir. Regional SP)	José Eduardo (Dir. Reg. SP - Interior)

DIRETORIA REGIONAL					DIRETORIA TEMÁTICA	
						
Luís Cláudio Souza (Dir. Regional RJ)	Fábio Aguayo (Diretor Regional PR)	Edgar Usuy (Dir. Regional Sul)	Ruy Ceará (Dir. Regional Nordeste)	Luciana Goelzer (Dir. Regional RS)	Eduardo Fayet (Estratégico)	Luciano Inácio Souza (Jurídico)



# RIG + POLÍTICAS PÚBLICAS



## 12

Agenda prioritária:  
**Brasil encara o desafio da previdência**

Por Karine Gonzaga



## 16

Relações legislativas:  
**Nova previdência nas mãos no congresso**

Por Miguel Gerônimo da Nóbrega Neto



## 20

Estudo de caso IEL:  
**Os desafios de inovação da cadeia logística**



## 24

Homenagem:  
**As mais expoentes**

Por Isadora Campos



## 30

Desestatização:  
**Privatizar é um dever moral**

Marcel van Hattem



## 34

Café com autoridades:  
**Regulamentação do lobby em debate**

Por Livia Azevedo e Rafael Moura



## 38

Pesquisa:  
**Nasce o barômetro Abrig-IPE**

Por Adriana Vasconcelos



## 40

Insegurança jurídica:  
**O valor supremo**

Por Torquato Jardim



## 44

Cultura:  
**O lobby na tela grande**

Por Sílvia Ribas

## 46

**Eventos Abrig**  
O que aconteceu de relevante.

# EDUCAÇÃO EXECUTIVA IEL. A GENTE DESENVOLVE VOCÊ. VOCÊ DESENVOLVE O PAÍS.

O IEL oferece cursos exclusivos, criados a partir de uma análise das necessidades do mercado. Os cursos são estruturados para executivos que buscam aperfeiçoamento de excelência e desejam potencializar sua gestão e sua empresa.

## CURSOS

- **Compliance e Eficiência Empresarial**
- **Relações Governamentais na Estratégia Corporativa**
- **Fusões e Aquisições**
- **Gestão da Mudança e a Transformação Digital**
- **Processo Regulatório e o Impacto nas Empresas**
- **Cyber Segurança e Defesa Digital**
- **Lean Office**

Inscreva-se: [www.iel.org.br/eduexecutiva](http://www.iel.org.br/eduexecutiva)

Use o QR code  
para mais  
informações.



Iniciativa da CNI - Confederação  
Nacional da Indústria

# NÓS SOMOS ABRIG

Conheça os profissionais que constroem nossa Entidade



Adriana Benatti

Adriana Diáféria

Adriana Maugeri

Alencar Guilherme Lehmkühl

Alessandra Cristina da Mota

Alexandre Maroli

Alexandre Nogueira Ferreira

Amaury Eduardo Pekelman

Andrew Greenlees

Angela Rehem

Ângela Batista de Oliveira

Antônio Marcos Umbelino Lôbo

Armando de Queiroz Monteiro Bisneto

Aryell Calmon Gonzaga Borges

Bernhard J. Smid

Bianca Paula Robles

Carolina Castro

Carolina Venuto

Caroline Oliveira de Sá

Cássio Batista

Cassius Polito

Cesar Galiza

Cláudia Araújo

Claudio Almeida

Davi Bomtempo

Delcio Sandi

Diogo Paiva Brunacci

Dorgival Ferreira Pereira

Dulcilene Silva Tiné

Eder Bernardes da Silva

Edgard Usuy

Edilson Uiechi

Fabiano Bissoto

Fabiano Faria Hecht

Fábio Bento Aguayo

Fábio Saboya

Fabício Jose Klein

Fernanda Adjuto

Fernanda Ferreira Matos

Fernando Teixeira Abdala

Gustavo de Assis Carneiro

Gustavo Lima Cezário

Halím José Abud Neto

Henrique Rzezinski

Horácio de Avelar Mendes Carvalho

Ilma Ferreira Lima

Isabella Martins do Carmo

Isadora Aires Campos

Jordanna Lourenço Ramos Aguiar

Jorge Ramos Mizaél Da Silva

José Alexandre Pires

Juliana Kirmse

Julien Machado da Silva Dutra

Julio Cesar Freire Taleires

Karoline Lima dos Santos Pereira

Kelly Cristina Fiel de Souza

Lucio Mauro Tavares

Luís Antônio Aguiar da Costa Pinto

Luis Antônio Martinez Vidal

Luis Henrique Macedo Cidade

Luiz Antônio Martins Flecha de Lima

Luiz Eduardo Barbosa

Luiz Fernando Visconti

Luiz Henrique Maia Bezerra





Marcelo Moraes

Marcelo Silveira  
Tognozzi

Marcio Artiaga

Marcio Lopes Cançado

Márcio Luiz Silva

Marco Túlio Rodrigues

Marcos Borges  
de Castro

Marcos de  
Castro Lima

Marcos Dias de Paula

Marcos Luiz Aguiar  
Cunha Santos

Marcus Deois

Maria Claudia Souza

Maria Elisa Dias  
Diniz Costa

Mariana Castro

Mauro Augusto  
Ponzoni Falsetti

Mauro Borges  
de Castro

Mayra Dias Barreto

Miguel Gerônimo da  
Nóbrega Netto

Milena Silveira Saraiva

Mírian dos Santos Vaz

Monique Presser  
Cigolini

Murillo Delgado  
Laranjeira

Nicholas Moreno  
Rodrigues

Pablo Silva Cesário

Patrick de Azevedo  
Ferreira

Paulo Gonçalves  
Homem

Paulo Kramer

Paulo Ricardo  
Tonet Camargo

Pedro Henrique  
Gallotti Kenicke

Pietro Gustavo Rubin

Rafael Bernardi Silva

Rafael Favetti

Rafael Fernandes de  
Castro Ferrão

Rafael Freitas  
Machado

Rafael Luiz de Moura

Rafael Piva Neves

Reginaldo Braga Arcuri

Renato Matos Roll

Renato Schettini  
Knupp

Renault Castro

Rhian Simões  
Monteiro Duarte

Ricardo de Saboya  
Rocha Miranda

Ricardo Ramires

Ricardo Santana  
Parente Soares

Ricardo W. Caldas

Roberto Drago  
Pelosi Jucá

Rodrigo Navarro  
de Andrade

Roque Vieira  
dos Santos

Saulo Jorge Dias  
Marquezini

Sidnei Ribeiro Teles

Silvio Brasil Gadelha Jr

Silvio César Ribas  
de Souza

Stella-Christina  
Silveira Cruz

Susana da Silva Tostes

Synesio Batista  
da Costa

Tacyra Oliveira  
Valois Nery

Taís Mendes

Tânia Rodrigues

Tatiana Martins Porto

Tatiana Siqueira  
Nogueira

Tatiára Monteiro  
Marques dos Santos

Telesforo Caceres

Thales Martins Ribeiro

Thiago Rodrigues  
Pereira

Túlio Eufrázio  
Marques Júnior

Ubiracir Fernandes  
Lima Filho

Valdeci Francisco  
Verdelho

Vitor Luis  
Cardoso Pedroza

Ygor Kruchowski  
de Siqueira



# ... e nós também somos a Abrig, associação com mais de 500 profissionais atuando com ética e transparência

Abel Barbosa Neto Souto  
Abraão Rodrigues Lira  
Adílio Rodrigues Da Rocha  
Adriana Campos Castanheira  
Airtton Nogueira Pereira Junior  
Alan Servulo Saraiva Maia  
Alaor Barra Aguirre  
Alberto Do Amaral Osorio Bueno  
Aleksander Santos  
Alena Profit Pachioni  
Alexandra Krastins Lopes Souto Maior  
Alexandre Armigliato Maroli  
Aline Akemi Freitas  
Aluizio Davis Neto  
Alvaro Larrabure Costa Corrêa  
Ana Cecília Andrade Aquino  
Ana Paula Bernardes  
Ana Paula Feliciano  
Ana Paula Gadotti Franco  
Anderson Luiz Dias  
André Fortes Chaves  
André Luiz Guedes Lima  
André Passos Cordeiro  
Andrea Häggström Rodrigues  
Antônio Altair Carvalho Ribeiro  
Antônio Carlos Vieira Júnior  
Antônio Holanda E Silva  
Antônio Sobral  
Ariovaldo Santana Da Rocha  
Arthur Paes Wittenberg  
Barbara Beatriz Sousa Khouri Piquet  
Beatriz Falcão  
Bruno Ambrosio  
Bruno Jorge Soares  
Camila Carolina Monteiro Guerreiro  
Camila Schoti  
Carlos Abdo Muanis  
Carlos Alberto Pires De Matos Esteves  
Carlos Augusto Valporto Palazzo  
Carlos Zucolotto Junior  
Carolina Araújo Mendes  
Carolina Noura  
Cássio De Moura Batista  
Catarina De Macedo Buzzi  
Catilo Brzeski Candido  
Cecília Fernandes Rodrigues  
Cicero Marcus De Araujo  
Cinara De Quadros Machado  
Cláudia Maria Mendes De Almeida Pedrozo  
Cleber Aparecido Zanella  
Conrado Beller Ferri  
Dagoberto José Steinmeyer Lima  
Daniel Mourad Majzoub  
Daniel Ribeiro Pereira  
Daniela Lopes Guimarães Silva Coutinho  
Danielle Mazzola Leite  
Darwin E. A. Nogueira Lima  
Denis Uehara  
Diego Mello  
Disraeli Galvão Guimarães  
Eduardo Alves Fayet  
Eduardo Coutinho Lins  
Eduardo De Lima Rodrigues  
Eduardo Leão De Sousa  
Eduardo Machado Dias  
Edy Carlos De Souza  
Egon Luis Schaden Júnior  
Ellen De Fátima Sampaio  
Ernesto Fagundes Beccon  
Evelyne Faccio  
Fabiano Da Silva Pereira  
Fabrício Pancotto  
Felipe De Assis Cardoso  
Felipe Onei Oppelt  
Felipe Pistoia Dutra  
Felipe Santos Sampaio  
Fernanda Pimentel Moreira Fernandes Reis  
Fernando De Moura Hadad  
Fernando Thompson Viegas Filho  
Filippo Scelza  
Flávio Moura Fé Lima  
Florentino Júnio Araújo Leônidas  
Francine Junqueira  
Francisco Carlos Giacomini Soares  
Gabriel Filistoffa De Campos  
Gabriel Valério Germano Dias  
Gabriela De Sousa Beltrão  
Gabrielly Leticya Lopes Dos Santos

Genilto Adenaldo Nogueira  
Geraldo Correia De Castro  
Getulio Humberto Barbosa De Sá  
Gilberto Julho Koehler  
Giovana Pohl Scarton Coutinho  
Giovanni Gabas Coelho  
Gláucia Lino De Oliveira Barbosa  
Guilherme Farhat Ferraz  
Guilherme Loureiro Perocco  
Gustavo Alexandre Gaspar De Oliveira  
Gustavo Bernard  
Gustavo Emmanuel De Castro  
Gustavo Gomes Barbosa  
Gustavo Rodrigo Bonini  
Gustavo Rosolen Tessari  
Helton Rocha Pisseti  
Henrique Pellini  
Humberto Eustaquio Martins Filho  
Igo Franklin De Moraes  
Ildemar Fonseca  
Ingrid Sampaio  
Irlon Junior  
Isabela Guimaraes Parreira  
Israel Alvares Lima  
Ivanilda Frazão Tolentino  
Janderson Evans Gonçalves Neves  
Jaques Antonio Rio Checucci  
Jeferson Ribeiro  
Jesusaldo Conceição Da Silva  
Joao Botelho  
João Henrique Hummel Vieira  
Joao Jose Da Silva  
João Paulo Brotas Bhering Camarão  
João Vitor Loureiro Ribeiro  
Joaquim De Alemar Bezerra Filho  
Joaquim Nogaes Vasconcelos  
José Ademir Tedesco Bueno  
José Eduardo Dias De Camargo  
José Roberto Paquier  
Josias Miguel Dos Santos  
Josimar Dos Passos Nascimento  
Juliana Gomes Bezerra  
Juliana Lopes Leite  
Juliana Silva Amorim  
Juliana Vansan  
Juliano Miguel Braga Griebeler  
Júlio César Pinguelli Jacomo  
Katiane Fátima De Gouvea  
Kelly Cristina Fiel Saldanha Da Gama  
Leobino Barroso De Araujo  
Leonardo Barreto  
Leonardo Botelho Zilio  
Leonardo Maurity  
Letícia Rezende  
Ligia Cristina Pimentel  
Luana Magalhães Polónia  
Luana Magalhães Polónia  
Lucas Carezzato Ayres  
Lucas Martins Rieke  
Lucas Rodrigues Fernandes Da Silva  
Lucas Toschi Garofano  
Lucas Vicente Cardoso De Souza  
Luciana Franco Goelzer  
Luciana Maselli Furquim De Almeida  
Luciana Nicola Schneider  
Luciana Nunes Freire  
Lucien Bernard Mulder Belmonte  
Luís Cláudio Souza Leão  
Luis Fernando Guaraná Menezes  
Luísa Vasconcelos Araujo  
Luiz Antonio Faria De Sousa  
Luiz Cesar Barbosa Lopes  
Luiz Felipe Schmidt  
Luiz Fernando Do Amaral Gurgel  
Luiz Geraldo De Almeida Mello  
Luiz Roberto Antonik  
Maiara Zaupa Totti  
Maira Barbosa De Moraes  
Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos  
Marcelo Alcánatara Júnior  
Marcelo Alves  
Marcelo Bechara De Souza Hobaika  
Marcelo Goulart Correia  
Marcelo Oliveira  
Marcelo Weyland Barbosa Vieira  
Marcia Alves Severino Cavalcanti  
Marcia Fernandes Carvalho

Marcio Cunha Guimarães Gonçalves  
Marcio Guisss Rausis  
Marcio Machado Valêncio  
Marco Antônio Tramonte  
Marcone Costa Souza  
Marcos Antonio Lins Da Costa Cintra  
Marcus Vinícius Almeida Silveira  
Maria Beatriz Palatinus Milliet  
Maria Claudia Souza  
Maria Do Socorro Lima Castello Branco  
Maria Helena Piquet Carneiro  
Mariana Lima Do Vale De Oliva  
Mariangela Mattia Moreira  
Marina Bertucci  
Mário Jorge Alencastro  
Mario Sergio A. Da Fonseca  
Mário Sérgio Pinto  
Matheus Nogueira De Almeida Borém  
Maurício Adriano Niel  
Maurício Nalin Dos Santos Ferro  
Mauro Apor  
Maximiliano Nogueira Ribeiro  
Monique Madeira Aragon Fernandes  
Murillo Passarinho  
Murilo Caetano Miranda  
Nadia Ali El Hage  
Napoleão Guimarães Neto  
Natália Da Silva Rios Dos Reis  
Natália Pigato Canova  
Nelber Macedo De Carvalho  
Nelcina Conceição De Oliveira Troupardi  
Olivia Maria Carvalho Pinheiro  
Oswaldo Leandro Gabiati  
Oswaldo De Carvalho Barbosa Ramos  
Paulo Alves Rochel Filho  
Paulo Cesar Chaves  
Paulo Henrique Rangel Teixeira  
Paulo Manoel Lenz Cesar Protasio  
Paulo Maurício Teixeira Da Costa  
Pedro Augusto Ferreira França  
Pedro Augusto Rodrigues  
Pedro Henrique Vilela Magalhães Mesquita  
Petula Ponciano Nascimento  
Priscila Bivanco  
Rafael Caetano Oliveira E Silva  
Rafael Castelo De Carvalho  
Rafael Medeiros Da Silva  
Rafael Osorio Ribeiro  
Rafael Ponzi Ribeiro  
Rafael Viveiros  
Raphael Caldas  
Raphael Amaral  
Raquel Rocha  
Reinaldo Fujimoto  
Renata Varella Corrêa  
Ricardo Gazolla  
Ricardo Riei Chinen  
Ricardo Tomaz De Oliveira  
Rita De Cássia Ravália Vieira  
Roberta Caroljina Caldas Terra Rios Bosco Soares  
Roberto Badra Sallum  
Rodrigo Maciel Santiago Freitas  
Rodrigo Otaviano Vilaça  
Ruy Do Ceará Filho  
Samuel Juscelino Vilaça  
Sergio Augusto Cavalheiro Ferreira  
Soraya Moreira Araújo  
Suelma Rosa Dos Santos  
Tainah Nascimento Mello  
Tarsys Henrique Gama Dos Santos  
Teresa Azevedo  
Thais Marçal Rodrigues Matias  
Thawany Gomes Da Silva  
Thereza Giannetti Nelson De Senna Mury  
Thiago Leão Pinheiro  
Thiago Marinho E Silva  
Thiago Silva De Carvalho  
Thiago Turbay Freiria  
Vanessa Lemos De Carvalho  
Vinicius Renner Silva Ximenes  
Walter Bittar  
Walter José Da Silva  
Walter Luiz De Oliveira Filippetti  
Wany Liette Pasquarelli  
Weber De Oliveira Mesquita  
William Freire  
William Paulino

# ASSOCIADOS



**ENTIDADES,  
EMPRESAS,  
CONSULTORIAS  
ASSOCIADAS E  
PARCEIROS**



**Abrig**

Associação Brasileira de  
Relações Institucionais  
e Governamentais



**DIÁLOGO, ÉTICA  
E TRANSPARÊNCIA**

## PARCEIROS



Iniciativa da CNI - Confederação  
Nacional da Indústria



CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES  
COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL



 **SOMOS MUITOS**  
**PARCEIROS**  
VENHA FAZER PARTE DA ABRIG

 [www.abrig.org.br](http://www.abrig.org.br)

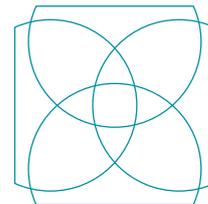
 (61) 3327-0731  (61) 99690-2919

 [contato@abrig.org.br](mailto:contato@abrig.org.br)



# BRASIL ENCARA O DESAFIO DA PREVIDÊNCIA

PAÍS ESTÁ DIANTE DA URGENTE TAREFA DE EQUILIBRAR CONTAS PÚBLICAS, CORRIGIR INJUSTIÇAS PREVIDENCIÁRIAS E GARANTIR APOSENTADORIA A MILHÕES DE CIDADÃOS



KARINE GONZAGA <sup>1</sup>

Eliana\* aposentou-se do serviço público aos 43 anos. Foi em 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso, que ela viu a oportunidade de encerrar sua trajetória profissional recebendo aposentadoria proporcional aos 25 anos de contribuição com o Plano de Seguridade Social do Servidor.

“Aproveitei que não havia regra de idade mínima e que tinha tempo de contribuição, antes de o presidente soltar um monte de maldades contra os aposentados”, conta Eliana. Ela sofreu corte no valor dos vencimentos, porém incorporou 100% das gratificações.

Também servidor, Pedro\* aposentou-se aos 60 anos durante o governo Dilma Rousseff, com proventos integrais, tendo contribuído por 40. “Me resguardei na Emenda Constitucional nº 47, artigo 3º”, afirma. A referida emenda de 2005 permite aposentadoria integral aos que ingressaram no serviço público até 16 de dezembro de 1998 dentro das condições exigidas.

Apesar de estarem na mesma faixa etária, Eliana e Pedro tiveram “realidades previdenciárias” distintas. Nos campos público e privado são inúmeras as situações de benefícios adquiridos ao longo dos anos e de histórias de satisfação e de insatisfação com o modelo brasileiro.

O desafio já enfrentado por vários países – provocado pela combinação explosiva de aumento da expectativa de vida

e de déficits crescentes – é, enfim, encarado pelo Brasil. Só que ainda somado a outros fatores, como concessões de privilégios a grupos privilegiados.

Os desafios da nova reforma da previdência são mesmo grandes. Dentre eles, evitar o colapso das contas públicas da União e dos estados, corrigir distorções, garantir o benefício da aposentadoria para quem trabalhou duro e ainda pensar no futuro dos jovens que ingressam na vida laboral e, no cenário atual, ficam mais distantes da aposentadoria digna.

“As reformas anteriores foram muito brandas, diria até negligentes. Apenas no âmbito federal o gasto previdenciário cresce R\$ 50 bilhões por ano. Ele equivale a cerca de 60% da despesa primária hoje e, se nada for feito, em 10 anos pode chegar a 80%. Nos estados, as métricas

sinalizam na mesma direção”, revela Pedro Fernando Nery, consultor legislativo do Senado.

As incertezas diante da realidade e de um cenário futuro provocam debates diante do tema e resistência por grande parte da população. Atualmente, o brasileiro pode se aposentar pelo tempo de contribuição considerando o fator previdenciário; pelo tempo de contribuição pela fórmula 86/96 (soma de idade e tempo de contribuição); por idade; por tempo de contribuição com cálculo proporcional e por invalidez ou ambiente insalubre.

**As reformas anteriores foram muito brandas, diria até negligentes. Apenas no âmbito federal o gasto previdenciário cresce R\$ 50 bilhões por ano, cerca de 60% da despesa primária. Pedro Fernando Nery, consultor do Senado**

Apontada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, como primeiro e mais importante desafio do governo Bolsonaro, a proposta de reforma entregue pelo Planalto ao Congresso em 20 de fevereiro último prevê diversas alterações, como idade mínima de 60 anos para mulheres e 65 anos para homens, tempo de contribuição mínimo de 20 anos para ambos os sexos e tempo de contribuição de 40 anos para receber o benefício integral. O texto precisa ser aprovado pelo Legislativo e deverá sofrer modificações.

Para Nery, a realidade brasileira é de difícil comparação com outros países. “Ninguém gasta com Previdência como nós. Nosso gasto em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), para nosso perfil etário, não tem páreo”, disse.

O sistema dos Estados Unidos, por exemplo, combina idade com tempo de contribuição e, tal qual o Brasil, tem previdências pública e privada. O Social Security, modelo público, define a contribuição para a aposentadoria por acumulação de créditos. A cada trimestre trabalhado, ganha-se um crédito.

Para ter direito à aposentadoria, o cidadão necessita de 40 créditos, ou seja, ter ao menos 10 anos ininterruptos de acumulação.

Quanto à idade são exigidos 65 anos para ambos sexos. Pode-se aposentar aos 62, mas com benefício menor, e, se adiar para os 70, há acréscimo no valor a receber.

Já na previdência privada, o regime norte-americano é o de capitalização, no qual empresas e funcionários contribuem. O valor é depositado numa conta individual do funcionário e administrado por fundos de pensão ou pelo próprio funcionário.

**Modelo de capitalização**  
Em entrevistas, o secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, informou que o governo apresentará Projeto de Lei Complementar para instituir no país o modelo de capitalização dos Estados Unidos.

“A capitalização é só para os novos, e é opcional. O trabalhador, quando entrar no mercado de trabalho, vai escolher se quer o regime capitalizado ou o de repartição. Mas, depois da escolha, ela é irrevogável, porque é regime obrigatório, não previdência complementar, que coloca dinheiro se quiser”, detalhou.

A idade exigida nesse modelo é de 59 anos e 6 meses nos Estados Unidos. Caso o trabalhador se aposente antes são

descontadas taxas e multas que põem atingir até 10% do valor do benefício.

No Chile, o sistema previdenciário também adota o regime de capitalização. Porém, diferentemente dos Estados Unidos, lá quem contribui é apenas o funcionário. E não existe previdência pública, a interferência do governo é só na criação de leis, na fiscalização dos fundos de pensão e na complementação do valor das aposentadorias que não atingem o valor mínimo determinado por lei.

Muitos especialistas temem que a Previdência no Brasil repita a tragédia da Grécia, onde o ajuste tardio foi duríssimo, com corte no valor dos benefícios e restrições adicionais. Isso se deve ao fato de que, assim como o país europeu, o Brasil gasta um percentual elevado (12%) do PIB com o sistema previdenciário. A taxa é próxima do

que os gregos gastavam em 2009, quando o país afundou na crise econômica.

A Grécia retardou por demais a reforma da previdência, acomodada com a facilidade em contratar empréstimos internacionais após sua adesão ao euro. Quando o crédito secou, os valores a serem pagos da dívida e os proventos recebidos por aposentados entraram em choque.

“Talvez a Grécia seja uma comparação pertinente, no sentido de que é um país que também gastava muito, quebrou e tem de fazer reformas quase de dois em dois anos. A diferença é que o nosso PIB per capita é bem inferior ao deles. O perigo é então termos uma crise grega com renda iraquiana”, assinala Nery.

Uma coisa é fato. No Brasil, a conta também não está fechando e o país tem crescido ao ritmo de 1,1%, abaixo da média mundial de 3,7%. É preciso aprovar uma nova reforma da previdência que se adeque às realidades presente e futura, corrigindo distorções, proporcionando equilíbrio fiscal e garantindo, sobretudo, a retomada de crescimento da economia. E se “contra fatos não há argumentos”, a aprovação tem que ser rápida. ✖

\* Os entrevistados pediram para não divulgar seus nomes reais.

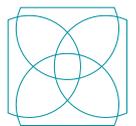
**“A capitalização, só para os novos, é opcional. Mas, depois da escolha, é irrevogável, porque é regime obrigatório, não previdência complementar, que coloca dinheiro se quiser”**  
**Leonardo Rolim, secretário de Políticas de Previdência Social**



## VALE COMPARAR

Muitas nações do mundo já adotaram medidas para conter o crescente avanço do desequilíbrio previdenciário

País	Idade mínima	Tempo de contribuição	Valor integral
 Brasil	Atualmente não exige	30 anos mulher 35 anos homem	Sim
 Portugal	66 anos e 4 meses para ambos os sexos (aumento anual baseado na expectativa de vida)	Mínimo de 15 anos (seguidos ou não)	O valor aumenta de acordo com o que o trabalhador recebeu ao longo da carreira
 EUA	66 anos para ambos (quem nasceu até 1954) 67 anos (quem nasceu de 1960 em diante)	Mínimo de 10 anos (direto, sem intervalo)	Sim
 França	65 anos para ambos (Em 2022, a idade mínima passará para 67 anos)	43 anos	Sim
 Japão	65 anos para ambos	40 anos	Sim
 Grécia	67 anos para ambos	40 anos (a partir de 2020 o tempo de contribuição será definido com base na expectativa de vida)	Sim
 Argentina	60 anos mulher 65 anos homem	30 anos para ambos os sexos	O valor do benefício é definido pela média de contribuições dos últimos 10 anos



<sup>1</sup> Karine Gonzaga é jornalista com especialização em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB) e mestrado em Estudos Políticos Aplicados pela FIAPP em Madri. Foi repórter especial de política no SBT. Atuou como assessora de imprensa na Câmara e no Senado. Atualmente, além de colaboradora da Abrig, atua na sua KMC Consultoria, especializada em comunicação política e institucional.

## ACOMPANHE A ABRIG NA INTERNET!



WWW.ABRIG.ORG.BR



@ABRIG.RIG



ABRIG



ABRIG.RIG

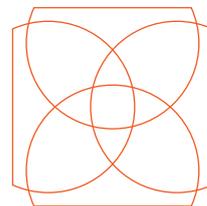


ABRIG.RIG



TVABRIG

# NOVA PREVIDÊNCIA NAS MÃOS NO CONGRESSO



**PROPOSTA DO GOVERNO PARA MUDAR AS REGRAS DE APOSENTADORIA DA MAIORIA DA POPULAÇÃO CHEGA À CÂMARA, ANTES DE IR AO SENADO. POR SE TRATAR DE UMA MUDANÇA CONSTITUCIONAL, SUA TRAMITAÇÃO VAI OBEDECER UM RIGOROSO TRÂMITE**

**MIGUEL GERÔNIMO DA NÓBREGA NETO<sup>1</sup>**

A Reforma da Previdência Social – principal tema na pauta do Congresso Nacional – é uma agenda essencial para o governo em sua luta para equilibrar as contas públicas. Mas como viabilizar essa prioridade fiscal do Estado que requer mudar o texto constitucional? Para responder a indagação, apresento a seguir os passos da tramitação da matéria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com base no que determina a Constituição Federal e os regimentos internos das duas Casas legislativas.

Alterações na Constituição devem observar determinadas regras e limitações rígidas, dispostas no seu artigo 60. O procedimento rigoroso, bem mais custoso que as demais espécies normativas infraconstitucionais, visa não banalizar as mudanças da Lei Maior, garantindo a estabilidade de seus eixos centrais e as conquistas aprovadas pelos constituintes. Isso não significa, contudo, que ela esteja imune a ajustes exigidos por demandas da sociedade.

No caso brasileiro, as limitações podem ser formais, circunstanciais e materiais. As formais referem-se à autoria, bem como ao quórum de aprovação da proposta. Em conformidade com o artigo 60 da Carta Magna, podem propor alterações na Constituição um terço, no mínimo, dos deputados ou senadores; o presidente da República; e mais da metade das assembleias legislativas das unidades da Federação. Além disso, o parágrafo 2º do referido

artigo informa que a proposta só será aprovada se obtiver, em dois turnos, três quintos de votos favoráveis dos deputados e senadores.

Quanto às limitações circunstanciais, não poderá haver emendas à Constituição na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio. Este foi, por exemplo, o caso da intervenção federal ocorrida em 2018 no Estado do Rio de Janeiro, o que impediu o prosseguimento da apreciação da Reforma da Previdência do então governo Michel Temer.

Já as restrições materiais são alicerçadas nos princípios inalteráveis da Constituição, ou seja, nas cláusulas pétreas, constantes no parágrafo 4º do artigo 60 da Carta. Nesses termos, não será objeto de deliberação proposta tendente a abolir a forma federativa do Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos poderes; e os direitos e garantias individuais. A expressão “tendente a abolir” não significa um engessamento do texto, mas sim a manutenção de elementos considerados fundamentais.

As Propostas de Emenda à Constituição (PECs) são submetidas a um processo bicameral. A matéria tem sua tramitação iniciada em uma Casa legislativa e, se aprovada, segue para a análise da outra. No caso da Reforma da Previdência,

cujo autor é o Presidente da República, sua tramitação se inicia pela Câmara, em analogia aos projetos de lei.

Tanto Câmara quanto Senado organizam-se por meio de comissões, podendo elas ser permanentes ou temporárias, com a finalidade de estudar as matérias de seu campo temático e sobre elas emitir parecer. Antes que a PEC seja definitivamente discutida e votada nos plenários das duas Casas, esses colegiados norteiam as decisões posteriores do pleno de cada uma delas.

Nesse contexto, a escolha do relator da proposição é estratégica, pois é ele quem faz a análise abrangente do texto, podendo concluir o seu parecer com a apresentação um substitutivo, que é uma emenda ampla sobre a versão original. Cumpre destacar que os procedimentos de

tramitação das PECs são distintos na Câmara e no Senado, sobretudo no que se refere ao trâmite nas comissões técnicas.

Na Câmara, primeiramente a proposta é analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que profere um parecer de admissibilidade, quando verifica os pressupostos constitucionais da matéria. Se esta comissão aprovar a proposta, o presidente da Casa cria uma comissão especial para tratar do mérito, bem como analisar as emendas porventura apresentadas.

No Senado, a proposta é distribuída apenas à CCJ, que emite um parecer que contempla os dois aspectos: o de admissibilidade, relativo à verificação das exigências constitucionais, e o de mérito, quanto ao conteúdo em si.

### PRAZOS

Se na Câmara o prazo para a CCJ emitir seu parecer é de cinco sessões, a comissão especial poderá fazê-lo em até 40, reservando as 10 primeiras para o recebimento de emendas. Por sua vez, a mesma comissão no Senado tem 30 dias para emitir seu relatório.



Uma vez superada a fase das comissões, a proposta segue para a Mesa Diretora da respectiva Casa para que o presidente possa escolher o momento oportuno para incluí-la na Ordem do Dia da sessão plenária, para ser discutida e votada. Nessa fase, intensifica-se a busca pelo número de votos necessários de deputados e senadores para aprovar a matéria, destacando-se aí a desejável margem de segurança de apoios para o texto ser pautado.

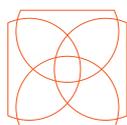
No Senado, há a chance de a proposta ser emendada no plenário, o que enseja o seu retorno à CCJC para emissão de parecer sobre as emendas. Esta prática não é prevista no Regimento da Câmara, uma vez que nesta Casa as emendas podem ser apresentadas apenas durante a fase de tramitação na comissão especial, salvo as emendas aglutinativas, que podem ser apresentadas durante a votação em plenário.

Após a primeira discussão no plenário, passa-se para a votação em primeiro turno, com igualdade de procedimentos em ambas as Casas: aprovação em votação nominal, por três quintos da composição plenária de cada Casa – 308 deputados e 49 senadores.

Superado o primeiro turno, após o cumprimento dos interstícios – prazos mínimos entre dois eventos –, passa-se à discussão e à votação em segundo turno, observando-se os mesmos procedimentos da primeira rodada. Nesta fase, não poderá ser acrescentada matéria nova ao texto, uma vez que para ser aprovada em segundo turno, as deliberações do primeiro devem ser confirmadas. Destaca-se que por não se tratar de requisito constitucional, o interstício pode se mitigado.

Com todas essas características, não se pode perder de vista que a proposta deve ser aprovada nas duas Casas com o mesmo texto. Isso significa que se a Casa revisora aprovar o texto original com emendas, as modificações devem ser devolvidas à Casa iniciadora, como se fosse uma nova proposta a ser analisada desde o começo da tramitação.

Trata-se do chamado efeito “pingue-pongue”, no qual toda a tramitação já realizada é de novo objeto de nova análise na Casa iniciadora. Para uns, trata-se de exagero da legislação; para outros, essa é a proteção ao texto constitucional e a manutenção do equilíbrio entre Câmara e Senado. Contudo, na prática, o que for consenso segue para a promulgação, enquanto divergências configuram-se numa nova PEC a tramitar em ambas as Casas desde o início.



<sup>1</sup> Miguel Gerônimo da Nóbrega Neto é mestre em Poder Legislativo e especialista em Processo Legislativo. Graduado em Ciências Econômicas e em Direito. Professor de Processo Legislativo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Ibmec e da Abrig/IEL. Autor de cinco livros sobre Processo Legislativo. É membro do Comitê de Regulamentação da Abrig.

Cumpridas todas essas exigências, a proposta bicameralmente aprovada é promulgada pelas duas Mesas Diretoras, em sessão conjunta e solene. Rejeitada por uma das Casas, a matéria deve ser arquivada e não pode ser objeto de nova proposta no mesmo ano legislativo.

### RESUMO DA ÓPERA

Confira as fases da tramitação da PEC da Previdência na Câmara e no Senado

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

CCJC: avalia os pressupostos constitucionais no prazo máximo de cinco sessões.

Comissão Especial: aprecia o mérito da PEC no máximo em 40 sessões, sendo reservada as 10 primeiras para a apresentação de emendas por um terço dos deputados (171 assinaturas).

Plenário: votação da PEC ou de substitutivo, em conformidade com o parecer aprovado pelas comissões, sendo que podem ser apresentados destaques para votação de partes da matéria separadamente.

- A aprovação requer três quintos dos deputados (308 votos), em dois turnos de discussão e votação;
- Não há prazo para que o Presidente da Casa pautar a PEC na Ordem do Dia do Plenário.
- Interstício de duas sessões entre o término da tramitação nas comissões e a inclusão na ordem do dia do plenário e de cinco sessões entre os dois turnos. Por não ser exigência constitucional, esse intervalo pode ser mitigado.

### SENADO FEDERAL

CCJC: emite parecer tanto sobre a constitucionalidade quanto ao mérito por no máximo 30 dias.

Plenário: votação do texto da Câmara, com ou sem alterações do Senado. Havendo emenda do plenário, a matéria deve voltar à CCJC, que terá cinco dias para a análise. Depois, a proposição volta ao plenário para ser deliberada em definitivo, podendo ser apresentados destaques para votação de partes da matéria separadamente.

- A aprovação requer três quintos dos senadores (49 votos), em dois turnos de discussão e votação.
- Prazos: previsão de cinco sessões no 1º turno e três sessões no 2º turno para discussão, podendo ser apresentada emenda em comissão e em plenário.
- Interstício de cinco dias úteis. ✘

O que

@você está

buscando?

Só na internet são mais  
de 4 bilhões de buscas  
todos os dias.



Isso significa que você está  
sempre em movimento,  
mudando o tempo todo.

E nós estamos sempre procurando  
uma forma de ajudar você  
a realizar todas as suas buscas.

Porque é isso que  
a gente faz diariamente:  
coloca você no centro de tudo.

Essa é a nossa busca.  
E ela só existe  
porque você existe.

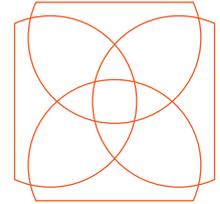
O que @você está buscando?



**Itaú**

## ESTUDO DE CASO IEL

# OS DESAFIOS DE INOVAÇÃO DA CADEIA LOGÍSTICA



O COMPLEXO ENCADEAMENTO LOGÍSTICO ENTRE INDÚSTRIA, TRANSPORTADORES, MEIOS DE PAGAMENTO E ÓRGÃOS DE REGULAÇÃO NO BRASIL ALCANÇA UM MOMENTO CRÍTICO, EM QUE A INOVAÇÃO PODE AJUDAR A REDUZIR CUSTOS E AUMENTAR A PRODUTIVIDADE

Em um país com as dimensões continentais do Brasil, todos os dias milhares de cargas são transportadas por enormes distâncias em caminhões, trens, navios e aviões.

A infraestrutura logística conecta a cadeia produtiva brasileira ao mercado interno e externo, por meio de diversas empresas, divididas em operadores logísticos, transportadoras, caminhoneiros autônomos, portos secos, alfândega, meios de pagamento e órgãos de regulação (que atuam nas intermediações). O avanço desse setor depende claramente do progresso da indústria e do agronegócio no Brasil. Por outro lado, para esses setores crescerem, também é importante que a área da logística evolua. E a evolução – ou não – dessa produtividade sistêmica e estratégica é fundamental para a viabilização do crescimento nacional. “Hoje, um dos maiores desafios para o setor de logística está na utilização de novas tecnologias, que pouco a pouco se consolidam como a base mais importante para a modernização da área. Por isso, apostamos muito na implementação de aplicativos, entre outras iniciativas tecnológicas”, diz Genivaldo Félix, presidente da Câmara de Negócios Nacionais e Internacionais da Logística (CNNI Log), instituição sem fins lucrativos com mais de 15 mil associados.

Todos os avanços que as novas tecnologias podem trazer ao mercado de transportes ainda não foram inteiramente descortinados para milhares de participantes desse setor. Mas é possível sentir os impactos positivos de algumas inovações. “Após a implementação da nota fiscal eletrônica e do conhecimento de frete eletrônico, complementado com sistemas globais de padronização, a maioria dos

softwares de gestão pode acessar as informações em linguagem XML, proporcionando a integração entre empresa, transportadoras, bancos e órgãos de fiscalização. Atualmente, é viável que toda a movimentação fiscal e os pagamentos sejam feitos de forma totalmente automática”, diz Fernando Ritter, consultor associado da Prodttare e professor na Universidade Feevale nas disciplinas de Logística e Estratégia.

## FRETE ELETRÔNICO

O mercado logístico possui cadeias e formas de encadeamento diferentes entre os modais. O principal modal para o Brasil é o rodoviário. Os embarcadores (indústrias) fazem a gestão de vários fretes e contratam operadores logísticos, ou transportadoras, para a execução da entrega da mercadoria com frota própria ou autônoma. “O grande desafio sempre esteve na hora de pagar esses prestadores de serviços, pois o embarcador utiliza uma tabela acordada junto ao primeiro contratado, que é repassada aos autônomos com baixo custo, que arcam com o desafio de executar todo o processo de transporte”, diz Genivaldo Félix. Nesse momento do processo ainda há espaço para informalidades. A carta-frete tem sido utilizada por intermediários de frete, que não fazem parte da cadeia de valor de transportes, para driblar a fiscalização e não pagar impostos. Além disso, quando os autônomos vão utilizar a carta-frete sofrem pelo ágio imposto pelos intermediários. Para regularizar a questão foi aprovada a Lei 11.442/2007, que institucionalizou a carta-frete eletrônica, a ser usada em conjunto com o CIOT (Código Identificador das Operações e Transportes).



Segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a lei determina que “o pagamento pelo serviço de transporte realizado por Transportadores Autônomos de Cargas - TAC, por Empresas de Transporte de Cargas - ETC, com até três veículos, ou por membros de uma Cooperativa de Transportadores de Carga - CTC, seja somente realizado por meio de crédito em conta depósito, mantida por instituição bancária ou por outro meio de pagamento regulado pela ANTT, vedando assim o uso da carta-frete”. Com isso, surgiram os conceitos do Pagamento Eletrônico de Frete (PEF) e de Instituições de Pagamento Eletrônico de Frete (IPEFs), que visam centralizar e organizar o mercado acessório ao mercado do Transporte Rodoviário de Cargas. “É um dos maiores benefícios que alcançamos nos últimos anos. Ao legalizar o setor, a vantagem é que todos têm o mesmo procedimento e todos pagam da mesma forma”, diz Fabio Roberto Alves Brigidio, diretor do SETRANS (Sindicato das Empresas de Transporte de Carga do ABC).

### **SOBRECARGA RODOVIÁRIA**

Outro aspecto muito importante para o setor é a infraestrutura das estradas. Em uma análise geral, a atual precariedade influi nos custos operacionais. Nos Estados Unidos, que também tem uma extensão territorial continental, o custo logístico alcança aproximadamente 7% do PIB. Enquanto isso, no Brasil essa porcentagem é de 12%. Uma explicação para essa diferença vem da matriz de transporte americana intermodal, com apenas 40% com base no modal rodoviário. Por aqui esse modal representa 65% - e apenas 14% da malha viária é pavimentada. “Ao deixarmos o estado de São Paulo, a qualidade da infraestrutura cai e a velocidade média de deslocamento de carga passa de 70 km/h para 30 a

40 km/h. E em regiões em que as estradas deixam de ser pavimentadas, a velocidade cai mais ainda. O custo de combustível, manutenção e hora de trabalho fica alto”, diz Fabio Brigidio.

O mapa mural “Logística dos Transportes no Brasil”, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que “a maior parte das rodovias pavimentadas de regiões de grande movimentação, como o noroeste do Paraná, Rio de Janeiro, sul de Minas Gerais, Distrito Federal e o litoral do Nordeste não são duplicadas”. A extensão da malha rodoviária nacional também não é condizente com as necessidades de um país com dimensões continentais como o Brasil. O mesmo mapa diz que “a densidade de cobertura é de apenas 0,025 km/km<sup>2</sup> de área nacional”. Para entender esse número, considere que é cerca de 20 vezes menor do que o da China e o dos Estados Unidos.

### **SISTEMA EM REVISÃO**

A publicação Panoramas Setoriais 2030: Desafios e oportunidades para o Brasil, editada pelo BNDES, analisa 14 setores da economia brasileira e aponta quais os fatores críticos para que ocorra um desenvolvimento sustentável do país - um deles é a necessidade de melhorar a infraestrutura de logística. A avaliação desse setor tem oscilado nos últimos anos, segundo o ranking de logística do Banco Mundial. Em sua sexta edição, o ranking computa notas dadas por profissionais da área em quesitos como logística e competência, rastreabilidade, infraestrutura, custos alfandegários, embarque internacional e pontualidade. Segundo a organização, a rede de negócios no setor abrange transporte, armazenamento, corretagem, entrega expressa, operações de terminais e o gerenciamento



Genivaldo Félix, presidente da CNNI Log

de dados. Juntas, essas atividades geram um volume financeiro superior a US\$ 4,3 trilhões anuais no mundo inteiro. Para o Banco Mundial, uma logística eficiente reduz os custos para fazer negócios e eleva o potencial de integração internacional e doméstica.

As ineficiências, entretanto, podem cobrar um alto custo para os países em desenvolvimento que tentam competir no mercado global. Em 2018, o Brasil obteve a 55ª posição entre 160 países. Foi um avanço comparado a 65ª posição em 2014, mas ainda não é um retorno ao patamar obtido em 2012 (45ª posição). Esse vai e vem (que, na verdade, ocorre desde 2007) é explicado pelos números: entre 1993 e 2015, o país investiu apenas 0,5% do PIB nesse setor, o que corresponde “a quase um décimo dos investimentos da China e metade dos investimentos da América Latina (também como proporção do PIB), em período semelhante (1992 a 2011)”, segundo a publicação *Panoramas Setoriais 2030*.

Outro estudo que complementa esse panorama é o *Privatização da Infraestrutura: O Que Falta Fazer?*, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo o resumo da publicação, atualmente o Brasil continua investindo pouco em infraestrutura. “Os recursos aplicados representam, em média, 2% do PIB por ano, mas deveriam alcançar ao menos 4,15% para a superação dos gargalos existentes. O histórico de baixo impacto do investimento em infraestrutura está diretamente associado à limitada capacidade de execução do Estado.” Em outro parágrafo, a publicação indica um caminho de investimentos privados: “é essencial para o País se contrapor às deficiências do Estado, mediante uma maior participação do setor privado, que pode ocorrer de diversas maneiras: venda de empresas, transferência de ativos, concessões plenas e parcerias público-privadas, de acordo com as especificidades e as “condições de contorno” de cada empreendimento.”

### PONTOS FRACOS E FORTES

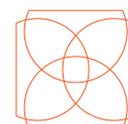
Para o professor Fernando Ritter, além da infraestrutura logística, do desbalanceamento da matriz de transporte e da falta de investimentos, os pontos fracos do setor no país também se concentrariam “nos incentivos fiscais, que aumentam os custos logísticos, na falta de parceria entre empresas e transportadoras, na falta de gestão dos caminhoneiros autônomos, na insegurança nas rodovias (o roubo de carga) e na falta de fiscalização”. Apesar desse cenário mostrar obstáculos persistentes, há diversos caminhos para sua renovação. Para Ritter, um deles seria que as empresas do setor “poderiam assumir a liderança efetiva do plano nacional de logística, o benchmarking das médias e pequenas transportadoras, em relação às grandes e de sucesso”.

Já os pontos fortes do Brasil estariam na evolução da qualidade dos operadores logísticos, na eficiência das grandes transportadoras, nas parcerias entre grandes empresas e operadores logísticos (como, por exemplos, as montadoras), na legislação trabalhista, na telemetria e em softwares de gestão de transporte. “Hoje, o rastreamento e monitoramento tem a tecnologia embarcada nos caminhões. É possível acompanhar o caminhão em qualquer lugar e de qualquer computador ou celular, basta ter internet. Isso contribuiu bastante para a diminuição do roubo de carga”, diz Genivaldo Félix.

Como ocorre em diversos países, o princípio do transporte e da logística é uma cadeia de valor articulada em funcionamento coordenado. A prática do transporte sempre se dá por meio de atividades subsequentes, que correlacionam outras atividades antes ou depois da que está sendo feita. Em resumo, funciona como uma corrente – um elo depende do outro. Uma das oportunidades que o Brasil tem é desenvolver essa articulação e sincronismo entre os interessados e atores da cadeia de transporte e logística. “Hoje, cada caminhão parado em um destino interrompe esse fluxo. Seria fundamental a existência de cursos para caminhoneiros autônomos, em relação a gestão, mostrando que um veículo deve rodar com carga adequada, mas ficar parado em frente a uma empresa diminui seu lucro”, diz Ritter. A capacitação de empresas para que o timing seja adequado e não gere perdas vai de encontro ao princípio econômico da logística, que é o fluxo, o movimento.

### FUTURO POSSÍVEL

“Há um estoque de investimento necessário à readequação da infraestrutura de transportes, não rigorosamente estimado, mas avaliado entre R\$ 428 bilhões (Plano Nacional de Logística e Transportes) e R\$ 1 trilhão (Confederação Nacional do Transporte)”, segundo os artigos de Introdução (Fernando Puga e Lavinia Barros de Castro) e de Logística (Ana Carolina Assis, Dalmo Marchetti e Edson Dalto) da publicação *Panoramas Setoriais 2030: Desafios e oportunidades para o Brasil*. Talvez fosse um desafio mais fácil de ser resolvido se dependesse diretamente do nível de crescimento da demanda. Entretanto, é uma necessidade crítica, em função da intermitente e frágil posição relativa dos custos logísticos no Brasil - e de seu impacto nas cadeias produtivas e na capacidade de inserção internacional das empresas instaladas no país. De alguma forma, a inovação tecnológica terá um papel crucial na resolução dessa delicada equação. Segundo Genivaldo Félix, “sem a tecnologia hoje, não teríamos mais avanços de logística”. ✘



# CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

## FERRAMENTAS DE DISCUSSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALTÍSSIMO NÍVEL



**Abrig**  
Associação Brasileira de  
Relações Institucionais  
e Governamentais

**AGOSTO**  
+EDUCAÇÃO - CORRUPÇÃO

**SETEMBRO**  
+DESESTATIZAÇÃO +EMPREGO  
+RENDA

**SETEMBRO**  
+RIG +POLÍTICAS PÚBLICAS

**OUTUBRO**  
+INVESTIMENTO ESTRANGEIRO  
+SEGURANÇA JURÍDICA

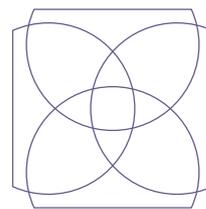
**NOVEMBRO**  
+INOVAÇÃO +LOGÍSTICA

MAIS INFORMAÇÕES EM: [WWW.ABRIG.ORG.BR](http://WWW.ABRIG.ORG.BR)

## HOMENAGEM

# AS MAIS EXPOENTES

## MULHERES BRASILEIRAS PELA ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E CIDADANIA



### ISADORA CAMPOS <sup>1</sup>

Líderes disruptivas, avassaladoras, debatedoras e defensoras do empoderamento feminino e da equidade de gênero, essas são as mais notórias expoentes mulheres na luta pela ética, transparência e cidadania no Brasil. Formadoras de opinião, as mulheres aqui relacionadas galgaram suas significativas posições ao erguerem ou administrarem grandes instituições e em suas lutas por

justiça e equidade. Pavimentam sua trajetória desafiando barreiras intangíveis e ascendem como destacadas lideranças femininas do país, criando soluções para os maiores problemas vivenciados pelo mundo. Ante à limitação de 15% dos cargos de chefia serem exercidos por mulheres no mundo e 7,7% no país, se faz necessário destacar essas inspiradas e inspiradoras brasileiras.

### MARLOVA JOVCHLOVITCH NOLETO Diretora-Geral da Unesco no Brasil

Primeira mulher a ocupar o posto de representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil, Marlova se guia pelo lema aprendido no colégio, no Rio Grande do Sul: “tudo que deve ser feito, merece ser bem-feito”. É mestre em serviço social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS), foi bolsista das fundações Kellogs e Eisenhower (EUA) e especializou os estudos sobre o Estado de bem-estar social na Suécia. Além do afinco aos estudos, atribui seu diferencial profissional ao senso ético aprendido em família.



### RAQUEL DODGE Procuradora-geral da República

Primeira mulher a chefiar a Procuradoria Geral da República (PGR), Raquel Dodge é mestre em direito e estado pela Universidade de Brasília (UnB) e em direito pela Universidade de Harvard Law School. Foi fellow do Programa de Direitos Humanos da Harvard e visiting researcher no Programa de Pós-Graduação da Harvard Law School. “O debate é importante. Podemos trabalhar pelas mulheres que, na sociedade, são vítimas da violência, da discriminação e da exclusão”, atesta Raquel, que é favorável às cotas a cargos como instrumentos para superar obstáculos.



### ROSA WEBER

#### Ministra do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Terceira mulher e primeira magistrada de carreira a integrar a Suprema Corte, Rosa assumiu a presidência da corte eleitoral em 2018. “Muitas antes de nós foram pioneiras na construção da voz feminina na cidadania no mundo todo, abrindo caminhos para a participação ativa da mulher na vida pública e privada. Essa, contudo, é uma trajetória inacabada. As desigualdades e assimetrias são uma realidade, a exigir firmeza para alcançar novos e constantes avanços”, observou.





### CÁRMEN LÚCIA

#### Ministra do Supremo Tribunal Federal

Segunda mulher da história do país a presidir o Supremo Tribunal Federal, a ministra Carmen Lúcia promoveu políticas que visaram atender lacunas na prestação de atendimento às mulheres no Judiciário. Em sua presidência no Conselho Nacional de Justiça, apresentou e obteve aprovação de propostas de pautas femininas, como as que instituem políticas de combate à violência doméstica e incentivos à atenção a gestantes e lactantes em unidades prisionais.

### FÁTIMA NANCY ANDRIGHI

#### Ministra do Superior Tribunal de Justiça

Ícone da magistratura, a ministra Fátima Nancy Andrighi é hoje a presença feminina há mais tempo nos cargos dos tribunais superiores. Reconhecida por desbravar temas novos, em profunda sintonia com o social e o humano, exaure bibliografias e jurisprudências para proferir decisões sábias, oferecidas com caridade e afeto. Atual ministra do Superior Tribunal de Justiça, a magistrada foi aplaudida por condenar empresa de transporte público a pagar indenização à vítima de assédio sexual dentro de um vagão.



### TEREZA CRISTINA DA COSTA DIAS

#### Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

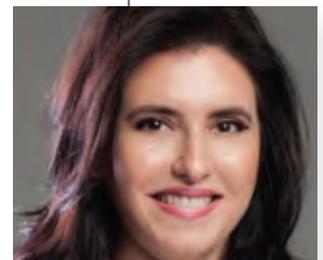
Atual ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, Tereza Cristina é engenheira agrônoma e deputada federal pelo DEM do Mato Grosso do Sul. Foi indicada por 20 integrantes da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) a assumir o cargo como a primeira ministra mulher nomeada no atual governo. Coordenadora da bancada ruralista, atuou nas secretarias de Planejamento, Agricultura, Indústria e Comércio e Turismo do seu estado e foi ainda presidente da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e da Empresa de Gestão de Recursos Minerais.



### SIMONE NASSAR TEBET

#### Senadora e presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado

Advogada, professora e política, Simone Tebet é senadora pelo MDB do Mato Grosso do Sul. Defensora ferrenha das pautas femininas, apoia a cota para as mulheres na eleição e foi relatora de 12 proposições de apoio às mulheres. Presidiu a Comissão de Combate à Violência Contra a Mulher e criou o Observatório da Mulher contra a Violência. “Lamentamos mais um 8 de março repleto de dados sobre violência, desigualdade e desrespeito”, salienta ela, que preside a Comissão de Constituição e Justiça.



### MARA GABRILLI

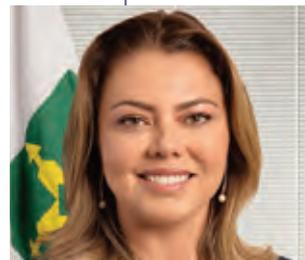
#### Senadora por São Paulo

Eleita melhor parlamentar do Estado de São Paulo e terceira melhor do país pela revista Veja, em 2011, e quarta melhor, em 2018, a senadora Mara Gabrielli (PSDB) foi laureada com o Prêmio Direitos Humanos 2018 concedido pelo Ministério dos Direitos Humanos. Defensora das questões assistenciais das pessoas com deficiência, ela promete trabalhar para “garantir que nenhum direito seja violado”.

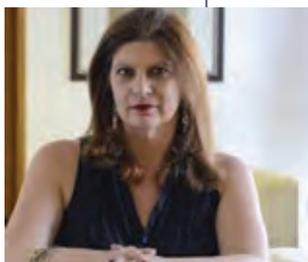


**LEILA GOMES DE BARROS****Primeira mulher senadora eleita pelo Distrito Federal**

A medalhista olímpica de Vôlei de Quadra (1996 e 2000) e eleita atleta feminina do ano pelo Comitê Olímpico Brasileiro, Leila Gomes de Barros foi a escolhida entre as 12 senadoras da atual legislatura para presidir a sessão em homenagem ao Dia das Mulheres. Primeira mulher eleita senadora pelo Distrito Federal e única mulher entre os 11 membros da Mesa Diretora, Leila conduziu os trabalhos que dispuseram sobre pautas femininas como a que dispõe sobre o direito à amamentação em público.

**ILANA TROMBKA****Diretora-geral do Senado**

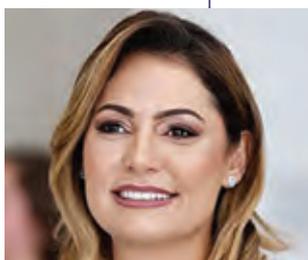
A atual diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, celebra o sucesso de sua gestão, com o aumento a 40% dos cargos de chefia da casa ocupados por mulheres. Criadora do Programa de Assistência a Mulheres em Situação de Vulnerabilidade, onde garante cotas de empregos a mulheres em situação de vulnerabilidade, Ilana foi finalista do Prêmio Viva, idealizado pela revista Marie Clarie e pelo Instituto Avon, para reconhecer esforços para o enfrentamento à violência contra a mulher em 2018.

**BEATRIZ KICIS****Deputada federal pelo Distrito Federal**

Advogada e ativista social, a deputada federal Beatriz Kicis integra a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e será a primeira vice-presidente do colegiado. A representante do Distrito Federal é também a vice-líder do governo no Congresso. “A quem com força e sabedoria transforma o nosso dia a dia, as mulheres que sonham e lutam por seus sonhos”, ensina ela.

**MICHELLE DE PAULA FIRMO REINALDO BOLSONARO****Primeira-dama da República**

Ativista brasileira de causas sociais e inclusivas, a primeira-dama da República, Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro quebrou o protocolo e inovou ao oferecer à posse do marido, presidente Jair Bolsonaro, um discurso em libras no parlatório. “Gostaria, de modo muito especial, de dirigir-me à comunidade surda, às pessoas com deficiência e a todos aqueles que se sentem esquecidos”, expressou.

**MAYARA NORONHA ROCHA****Advogada e primeira-dama do Distrito Federal**

Primeira-dama do Distrito Federal, a advogada Mayara Noronha da Rocha quer estreitar a articulação do governo com a sociedade, em prol de viabilizar mais numerosos e frutíferos atendimentos sociais. Por meio de visitas às instituições educacionais e sociais, tem mobilizado voluntários e assertivas parcerias para recuperar as instalações físicas das entidades, a exemplo da Casa Abrigo de Brasília.





### ERICKA FILIPPELLI

#### Secretária de Políticas para as Mulheres do Distrito Federal

Ávida defensora das garantias dos direitos das mulheres, a publicitária Ericka Filippelli é secretária de Estado de Políticas para as Mulheres do Distrito Federal. “O governo pode chegar longe, mas com a sociedade podemos fazer mais”, defende ela, que foi subsecretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para Mulheres do governo Temer. Sua prioridade é reabrir a Casa da Mulher Brasileira, espaço de acolhimento às mulheres em situação de violência.

### SANDRA SOARES COSTA E JANETE VAZ

#### Sócias fundadoras da Sabin Medicina Diagnóstica

Mestre em ciências médicas pela Universidade de Brasília (UnB) e bioquímica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a empresária Sandra Soares da Costa criou a Sabin Medicina Diagnóstica ao lado da também bioquímica Janete Vaz. Elas conquistaram por 14 anos seguidos o prêmio dado às 10 melhores empresas para se trabalhar, pela Great Place to Work. Após 35 anos, a marca está em 46 cidades de todas regiões do país, com 5,2 mil colaboradores, dos quais 77% são mulheres. Janete aprendeu com a família que “quem não sabe administrar o pouco nunca dará conta de administrar o muito”.



### LUIZA HELENA TRAJANO

#### Presidente do Conselho do Grupo Magazine Luiza

Luiza Helena Trajano é uma das mulheres mais poderosas do Brasil. A empresária se destaca pela defesa do empreendedorismo feminino, da equidade de gêneros e de projetos do Grupo Mulheres do Brasil (GMdB). Inspiração para empreendedoras, Luiza liderou a associação lançada em 2012 por 50 interlocutoras. Líder o GMdB, que reúne 4 mil associadas, ela atua no combate à violência contra a mulher e na formulação de políticas públicas. “Primeiro faça o necessário, depois o possível e, de repente, vai perceber que pode fazer o impossível”, recita.

### TÂNIA MARA REZENDE

#### Presidente do Conselho Nacional da Mulher Empresária (CNME) da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)

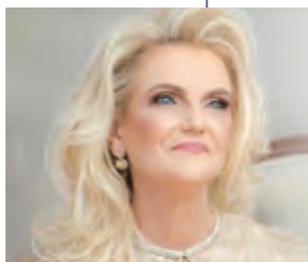
À frente da organização brasileira de maior capilaridade, a empresária mineira Tânia Mara Rezende atua com afinco no desenvolvimento de estratégias para a defesa dos interesses do empresariado feminino no Congresso. Em seu trabalho como órgão consultivo do governo federal, foi vitoriosa na campanha pela regulamentação da arbitragem e pela aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Com 12 anos de associativismo, Tânia acredita que o momento é de conscientização da necessidade de igualdade de gênero.



### JOANA COSTA

#### Presidente da Comissão de Ética do Conselho Regional de Medicina

Especialista em Dermatologia pela Sociedade Brasileira de Dermatologia, Joana Costa preside a Comissão de Ética do Conselho Regional de Medicina. Palestrante internacional, ela dedica parte de sua concorrida agenda entre conferências internacionais, artigos publicados e atendimentos, a assistir mulheres vítimas da violência de gênero. Oferece autoestima e orientações de cuidados com a pele, higiênicos e de melhoria de vida de suas pacientes.



### IVONICE CAMPOS DIAS

**Vice-presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig)**

Condecorada pelo desenvolvimento, consolidação e aplicação das fontes de energia renováveis no Brasil, a engenheira química Ivonice Aires Campos Dias foi a primeira mulher a assumir a gerência de Meio Ambiente do setor elétrico, na Eletrosul. Ela participou da elaboração dos principais marcos regulatórios do setor elétrico. Tem especializações em gerência, relações internacionais e planejamento estratégico pela Universidade de Brasília (UnB). Recentemente, coordenou debate sobre energias renováveis no Fórum Mundial das Águas e colaborou com a abertura de projetos de infraestrutura e energias renováveis a fundos constitucionais.

### KATIA FERREIRA

**Fundadora do Instituto Proeza de Educação e Saúde e criadora da Apoena**

Empreendedora e estilista, Katia Ferreira reconhecida pelos seus projetos sociais e pelo bordado de sua marca Apoena. Através do acolhimento de mulheres vitimizadas pela violência doméstica, em seu Instituto Proeza de Educação e Saúde, Kátia oferece atividades culturais, escolares e esportivas a jovens enquanto suas mães recebiam profissionalização por meio do bordado. Em 2003, fundou o Proeza, sediado no Recanto das Emas (DF). Com o apoio do voluntariado, viabiliza melhoras nas condições de vida a muitas mulheres e seus filhos.



### PAULA SANTANA

**Jornalista e fundadora dos portais República GPS e GPS Lifetime**

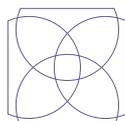
Cidadã honorária de Brasília, a jornalista e filantropa Paula Santana teve sua carreira alicerçada pelas principais publicações do Distrito Federal. Idealizadora e fundadora do Grupo GPS Lifetime, é também a diretora de conteúdo de mídias eletrônicas e das revistas, no Brasil e em Miami, EUA. Premiada em 2015 como especialista em Negócios da Comunicação, promove palestras de incentivo ao empreendedorismo feminino.



### BEATRIZ BOTTESI

**Diretora de Marketing e Comunicação da Coca-Cola do Brasil**

Eleita pelo PROPMark e pela revista Forbes como uma das cinco principais lideranças femininas do país em 2018, a publicitária Beatriz Bottesi Monteiro de Carvalho é a responsável pelo portfólio de 12 marcas da Coca-Cola Brasil, empresa icônica com 130 anos de história. Com o desafio de cativar o público, que está cada vez mais engajado, Beatriz é conhecida como catalisadora de mudanças, inovações e insights criativos. ✖



<sup>1</sup> **Isadora Campos** de Castro Palhares é advogada, especialista em Prestação Jurisprudencial e em Direito Público pelo Instituto dos Magistrados do Distrito Federal, Mestre em Mediação e Arbitragem pela Instituto Kurt Boech, da Universidade de Genebra. Profissional de RIG, membro da Comissão de Mediação e Arbitragem da OAB-DF e associada da Abrig..

Nosso maior  
compromisso:

UMA RADIODIFUSÃO LIVRE E FORTE!

DEFESA DA LIBERDADE DE IMPRENSA E EXPRESSÃO

DIREITOS DO RÁDIO E TV GARANTIDOS

MODERNIZAÇÃO DO SETOR

MIGRAÇÃO DO RÁDIO AM / FM

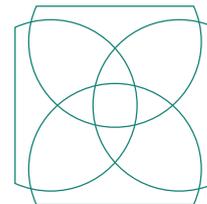
DIGITALIZAÇÃO DA TV



**ABERT**

## DESESTATIZAÇÃO

# PRIVATIZAR É UM DEVER MORAL



ESTATAIS SÃO, PELA SUA NATUREZA, UMA INTERVENÇÃO NA VIDA DOS CIDADÃOS AO IMPEDI-LOS DE EXERCER SEU DIREITO DE LIVRE ESCOLHA. REDUZIR O TAMANHO DO ESTADO É, POIS, DEVOLVER AO POVO A SOBERANIA SEQUESTRADE POR POLÍTICOS

MARCEL VAN HATTEM <sup>1</sup>

Privatizar empresas públicas e reduzir o tamanho do Estado não é uma mera escolha ideológica, é um imperativo moral. Aqueles que têm consciência de que o Estado não deve se agigantar e interferir na vida dos cidadãos e na liberdade dos indivíduos devem considerar a privatização como um dever moral.

A existência de uma empresa pública é uma existência imoral per se, posto que contrária ao domínio do espírito do ser humano, que anseia pela sua liberdade individual. Para que uma empresa pública seja criada, necessariamente exige-se uma intervenção estatal de políticos que sequestram para si a soberania, que, no mercado, deveria pertencer unicamente ao consumidor.

Em um mercado livre, onde os indivíduos não são obrigados a consumir o que não querem e que têm verdadeiramente uma liberdade para contratar, o soberano é o consumidor. Ideologismo é justamente inverter essa ordem, impondo, pela lei e pela força, a soberania do Estado no mercado.

A existência de uma empresa pública acaba desvirtuando a lógica do mercado, afrontando a liberdade dos consumidores e dos empreendedores, ao conceder a

um político, a um burocrata ou a um dirigente público, a soberania e o comando. Configura-se aí gravíssima infração e limitação da liberdade individual. E há, sobretudo, uma ditadura de mercado imposta, parcial ou totalmente, pelo agente estatal.

Só poderemos debater com propriedade este tema da privatização se soubermos que o respeito às liberdades individuais e aos direitos fundamentais dos seres humanos requerem a compreensão de que, no mercado, o soberano deve ser sempre o consumidor, sempre o cidadão. A ele deve ser garantida a liberdade sobre o que ele quer comprar, em que quantidade e a que preço, e não ao Estado.

A interferência de políticos nesse processo é nefasta, pois, além de larapiar dos cidadãos a sua soberania no mercado e agredir as suas liberdades fundamentais, o político ainda gasta dinheiro que não é seu para cobrir déficits sem compromisso com o futuro.

Não à toa, o governo federal, dono de inúmeras empresas públicas, encontra-se extremamente endividado. E como o governo, teoricamente, tem condições de financiar seu déficit, políticos desviam recursos orçamentários de áreas básicas e essenciais, como a segurança pública, para fechar o caixa de suas estatais quebradas.

**Promete-se para a população mais segurança, mais saúde, mais educação, mas o que aumenta, efetivamente, é o rombo nas contas públicas e os cargos para os apadrinhados**



**Alheio a essa farra, empreendedor e desempregado sofrem em um mercado que patina, pela dominação de estatais ineficientes e quase sempre monopolísticas**

Assim, políticos vêm, ao longo dos anos, diminuindo a conta do monumental déficit de suas estatais entre todos os pagadores de impostos. Em contrapartida, os pagadores de impostos não se opõem com forças suficientes por não sentirmos os efeitos diretamente nos nossos bolsos. Isso até que não haja mais recursos em caixa.

Precisamos entrar na rota do desenvolvimento novamente. E esse desenvolvimento só pode se dar se a liberdade individual for respeitada, se o cidadão brasileiro for tratado como soberano, não como súdito, não como vassalo de um Estado gordo, inchado, que serve a si mesmo sem servir aos outros, que serve aos políticos e apadrinhados, mas que não serve à população, que paga a conta.

O modelo fracassado, que levou o Brasil à crise econômica, consiste em prometer muito durante as campanhas eleitorais e entregar muito pouco, quase nada durante o mandato. Talvez seja bom lembrar o economista Thomas Sowell: “o fato de que muitos políticos de sucesso serem

mentirosos não é exclusivamente reflexo da classe política, é também um reflexo do eleitorado. Quando as pessoas querem o impossível, somente os mentirosos podem satisfazê-las”. Ou seja, promete-se para a população mais segurança, mais saúde, mais educação, mas o que aumenta, efetivamente, é o rombo nas contas públicas e os cargos para os apadrinhados nessas empresas públicas ineficientes. Cargos que são ocupados por aqueles que estão preocupados, unicamente, com a manutenção dos próprios privilégios.

Alheio a toda essa farra, o empreendedor e o cidadão desempregado sofrem para sobreviver em um mercado que patina, seja pela dominação de empresas estatais ineficientes e frequentemente monopolísticas em suas áreas, seja pela burocracia que sufoca qualquer inovação, ou mesmo pelos impostos altíssimos cobrados para pagar toda máquina pública inchada.

Como escreveram para o Instituto Mises Ubiratan Jorge Iorio e Leandro Roque, “privatizar e desestatizar não significa apenas aumentar a escolha dos consumidores, mas também diminuir ou cortar as escolhas dos políticos. Não exprime tão somente diminuir o desperdício de gastos públicos, mas aumentar os recursos em posse do setor privado, os quais são alocados de maneira muito mais produtiva. Não quer dizer simplesmente melhorar as finanças públicas, mas piorar as dos políticos e de seus grupos de interesse. Não denota meramente diminuir a corrupção, mas aumentar as liberdades individuais”.



**Proponho a criação de um fundo para gerir o dinheiro arrecadado com as privatizações, e que apenas seus rendimentos sejam sacados anualmente para investimentos em segurança**

É apenas através da implementação de uma cultura de liberdade a nortear cidadãos responsáveis que poderemos mudar esse quadro. Defender a cultura da liberdade com responsabilidade significa, no tema das privatizações, basicamente duas coisas: primeiro, privatiza já ou o único caminho que restará é a falência total; segundo, as privatizações precisam ser realizadas com responsabilidade, respeitando-se a mesma premissa de respeito à liberdade individual e à soberania do indivíduo, que foi ignorada ou mesmo vilipendiada pelos políticos que criaram as empresas estatais.

Colocar a casa em dia hoje é fundamental, mas ser previdente para com o futuro é tão importante quanto. Minha proposta é que se crie um fundo para gerir o dinheiro arrecadado com as privatizações, e que apenas dos rendimentos desse fundo sejam sacados anualmente os valores que permitam investimentos contínuos na área de segurança pública.

Como apontam Dag Detter e Stefan Fölster em “A Riqueza Pública das Nações”, fundos de riqueza nacional podem ser muito úteis para transformar ativos públicos em investimentos futuros. Em vez de torrar todo o dinheiro arrecadado com as privatizações em despesa corrente, uma parte considerável dos recursos precisa ser preservada para as próximas gerações usufruírem de serviços que o Estado é, sim, chamado a suprir.

Só para termos uma ideia: a Noruega criou, há mais de 20 anos, o mais famoso fundo soberano do mundo, idealizado para sustentar o país quando o petróleo acabar. Na Noruega, o governo só pode retirar, no máximo, 3% dos

rendimentos anuais do fundo. Em 2017, o fundo passou pela primeira vez a marca de 1 trilhão de dólares. Esse valor representa mais do que a metade do valor do PIB do Brasil.

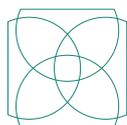
Devemos refletir sobre o que queremos para o nosso futuro. Queremos continuar debatendo déficits atrás de déficits; ou queremos pensar numa sociedade mais sadia daqui a vinte anos e um governo mais enxuto, que cuide do básico?

Costumo dizer que não quero viver em outro país; quero viver em um novo Brasil. Para realizar esse sonho, porém, precisamos ter como exemplo países que se desenvolveram e hoje são ricos, respeitando as liberdades individuais. É o caso da própria Noruega, um dos países mais livres do mundo.

Ou seja, há muito trabalho pela frente. Mas pelo menos se percebe que o cidadão brasileiro clama por um distanciamento das políticas desastrosas implementadas pelos governos anteriores de esquerda. É questão de tempo para que sejam finalmente privatizadas as empresas que seguem sugando os recursos que faltam em áreas básicas e, com o dinheiro da venda, fazer caixa para investirmos no que realmente é atribuição do Estado.

O Brasil quer trilhar outro rumo, e esse rumo é aquele que garante mais liberdade ao cidadão, com menos entraves, menos empresas estatais e mais limitação à ação de políticos e governantes. Apoiarei toda a proposta de redução do tamanho do Estado.

Privatizar o que não deveria estar nas mãos do Estado não é apenas uma convicção ideológica é também dever moral de quem tem compromisso e respeito para com o pagador de impostos, empreendedores, profissionais liberais, trabalhadores, aposentados, estudantes, enfim, com o povo. ✖



<sup>1</sup> Marcel van Hattem é mestre em Ciência política e em Jornalismo. Exerce mandato de deputado federal pelo Rio Grande do Sul e é o líder da bancada do Partido Novo na Câmara dos Deputados.

Única entidade temática dedicada à defesa dos programas de desenvolvimento regional dos estados e aos incentivos fiscais.



Nossa missão é impulsionar o desenvolvimento em seu sentido mais amplo, com o crescimento associado ao equilíbrio e convergência econômica entre todas as regiões brasileiras.

CONHEÇA NOSSOS ESTUDOS,  
PROJETOS E ASSOCIADOS EM:

**ADIALBRASIL**.org.br

# REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE DE RIG EM DEBATE

POLÍTICOS, AGENTES PÚBLICOS E ESPECIALISTAS  
DEBATEM A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA PARTICIPAÇÃO  
DA SOCIEDADE NA DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS DE GOVERNO

LÍVIA AZEVEDO<sup>1</sup> E RAFAEL MOURA<sup>2</sup>

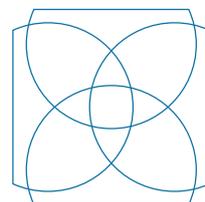
Uma atividade sofisticada, que exige muito conhecimento dos seus atores, mas ainda pouco compreendida. Assim são as relações institucionais e governamentais (RIG) no Brasil, que vêm crescendo firmemente em demanda e em número de profissionais.

Diante desta expansão, aumenta também a necessidade de regulação e de investimento na capacitação dos que atuam nessa área. Com o propósito de fortalecer e clarear o debate em torno dessas questões, a Associação Brasileira de Relações Institucionais (Abrig) abriu a temporada 2019 do Café com Autoridades tratando da regulamentação da atividade.

“Reconhecer oficialmente o profissional de RIG e estabelecer regras claras e objetivas a partir de uma lei que defina como pode se dar a interação entre público e privado são iniciativas fundamentais para a assertividade das políticas públicas e para a democracia”, defende Guilherme Cunha Costa, presidente da Abrig.

No dia 19 de fevereiro de 2018, houve um primeiro passo nessa direção, quando o profissional de RIG passou a ser reconhecido oficialmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Sua presença na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) foi uma grande vitória para quem exerce a atividade. Mas ainda há muitos desafios, resalta Costa. “Saímos do lixo ao luxo. Somos agora uma das mais complexas e completas ocupações dentre as mais de 2,5 mil inscritas na CBO, com 91 competências atribuídas”.

A Abrig apoia a regulamentação das RIG por entender que a definição de regras claras e objetivas são importantes



para a sua eficácia. Para Costa, a atividade é muito sensível e necessita de legislação que torne explícita a sua atuação, destacando os seus limites. Isso, acredita ele, proporcionaria mais transparência das ações, dos meios e dos responsáveis.

**“Saímos do lixo ao luxo. Somos agora uma das mais complexas e completas ocupações dentre as mais de 2,5 mil inscritas na CBO, com 91 competências atribuídas”**

**Guilherme Costa Cunha,**  
presidente da Abrig

Luiz Henrique Maia Bezerra, vice-presidente da Abrig, também credita à regulamentação o papel de garantir segurança jurídica, ao definir com clareza a atividade e as regras para o seu exercício. “Isso também assegura legitimidade para quem atua na profissão e para a interação de autoridades com os profissionais de RIG”, pontua.

## CRENCIAR OU NÃO?

Mas não basta regulamentar a atividade de RIG. É necessário acabar com a burocracia que pesa sobre o trabalho de seus profissionais. Bezerra explica que os entraves são muitos, a exemplo do credenciamento para se fazer a interlocução com parlamentares. “Credenciar deveria ser um direito do profissional que quer ser legitimado e atuar com transparência e princípios, mas não uma obrigação”.

O vice-presidente da Abrig lembra que ao aderir ao código de ética próprio e se associar a uma entidade de representação, o profissional deveria estar habilitado a



Manhã de ideias: diretores da Abrig, debatedores convidados e demais participantes avaliam o atual momento da regulação do lobby no país

**“Queremos jogar luz nesse debate, com base em princípios republicanos, porque a transparência é fundamental para se construir a relação público-privado”**

Cláudia Taya, secretária de Transparência da CGU

se credenciar e a ter acesso às dependências de órgãos do setor público, conforme manda o regimento interno de cada um.

Costa faz coro à tese: “credenciamento deve ser diferencial e não obrigatoriedade. O profissional que opta por se credenciar onde frequenta, está basicamente antecipando algo que faz regularmente ao chegar nesses locais, mas agregando ao nome qualidade e quantidade de informação”.

O primeiro Café com Autoridades do ano trouxe convidados importantes para essa discussão, como

o secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Luiz Pontel de Souza, que se mostrou “completamente favorável” à regulamentação “para que se evite confusões”. “É bastante salutar que se regule com regras bem específicas uma atividade que, eventualmente, pode ser confundida com comportamentos desviantes”.

Ele destacou ainda que o Ministério da Justiça tem como uma das frentes, para o mandato que se inicia, “o combate a corrupção e regulamentação de RIG se enquadra nessa mesma perspectiva”.

O secretário-executivo informou que o Ministério da Justiça já definiu normativamente como será tratado o tema de Relações Institucionais e Governamentais e que a Controladoria Geral da União (CGU) teve a iniciativa de provocar a pasta para que trabalhem conjuntamente numa análise sobre uma minuta da atividade de RIG. Este trabalho, assegurou ele, está em “fase de discussão nas esferas administrativas cabíveis”.

Cláudia Taya, secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União (CGU), sustentou o seu apoio em princípios republicanos.



Lobby em foco: Guilherme Cunha (Abrig), recepciona Cláudia Taya, secretária de Transparência, e Luiz Pontel de Souza, secretário-executivo do Ministério da Justiça





Mesa de debates: Luiz Henrique Bezerra (Abrig); secretária de Transparência, Cláudia Taya; Guilherme Cunha (Abrig); secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Pontel de Souza; Paulo Castelo Branco (Abrig); e deputado federal João Roma (PRB-BA)



“Queremos jogar luz nesse debate porque a transparência é fundamental para se construir a relação público-privado”, sublinha ela.

Criada em 2007 por profissionais interessados em pensar sua atividade e fazerem-se representar no debate público em torno da participação da sociedade civil e do setor privado nos processos de decisão de políticas públicas, a Abrig hoje se tornou um centro de excelência onde o público e o privado podem abertamente conversar e dialogar.

O deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP) mostrou entusiasmo com o empenho da Abrig para viabilizar a regulamentação. “Precisamos quebrar o clima de extremada polarização política no país e construir consensos”, disse. Nesse sentido, ele entende que a pauta dos profissionais de RIG muito contribui para redefinir a forma como a sociedade se organiza e como dialogam público e privado e representante e representado.

João Roma (PRB-BA), também deputado federal, considera a promoção de boas práticas institucionais é o caminho adequado a ser seguido para fortalecer o Brasil “num momento de quebra de paradigmas, no qual

a transparência está mais evidente”. Para ele, relações institucionais reguladas aproximam sociedade de assuntos relevantes para ela própria.

Os debatedores chegaram à conclusão que é essencial atender demandas reais dos profissionais de RIG e evidenciar para a população que a sua atividade é de

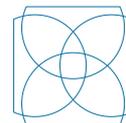
interesse da sociedade civil, pois leva à autoridade pública impressões sobre o impacto ou a necessidade de suas decisões. Além disso, esse trabalho colabora com o aprimoramento de leis e regras em geral.

O grande desafio para a Abrig é inserir associados no debate e no esforço por uma ação conjugada entre legislação e auto-

regulamentação. Para isso, a associação está empenhada em elaborar um manual de boas práticas, como prova do permanente compromisso com a ética e a transparência e atendendo recomendações de organismos como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Transparência Internacional. ✕

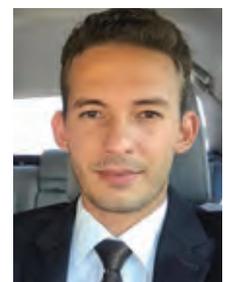
**“É bastante salutar que se regulamente com regras bem específicas uma atividade (RIG) que, eventualmente, pode ser confundida com comportamentos desviantes”**

**Luiz Pontel de Souza**, secretário-executivo do Ministério da Justiça



<sup>1</sup> **Livia Azevedo** Jornalista graduada em Comunicação pela UGF, pós-graduada em Comunicação Empresarial pela Universidade Metodista de São Paulo, repórter e produtora da Rádio MEC/EBC-RJ, repórter e assistente de produção da TVa2 Produções (RJ), também atuou na agência de comunicação FSB, atendendo a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

<sup>2</sup> **Rafael Moura** é Advogado com pós-graduação em direito tributário, Assessor de RIG - Abrig





# PESQUISA DE CAPACITAÇÃO ABRIG 2019:



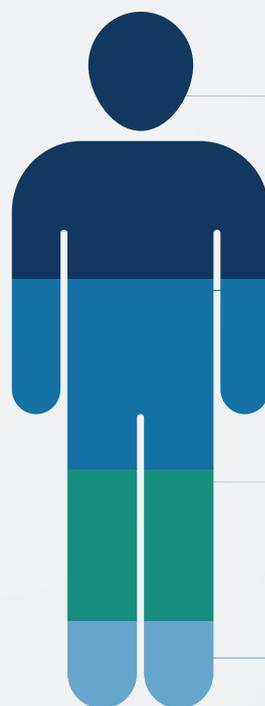
**36%**  
DOS NOSSOS PROFISSIONAIS  
**SÃO FORMADOS**  
EM DIREITO E ADMINISTRAÇÃO.



**67%**  
SE INTERESSAM POR  
**CURSOS RÁPIDOS**  
PARA APRIMORAR  
SUA FORMAÇÃO.



SE INTERESSAM POR FAZER  
**CURSO DE INGLÊS**  
VOLTADO PARA RIG.



**39%**  
TÊM GRADUAÇÃO

**28%**  
TÊM ESPECIALIZAÇÃO

**18%**  
TÊM MESTRADO

**8%**  
TÊM DOUTORADO



• Atuam há menos  
de quatro anos  
(jovem RIG)



• Atuam na área  
de 5 a 15 anos.



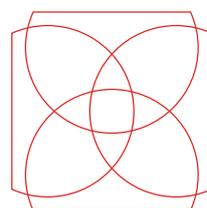
**OS CURSOS QUE MAIS SE INTERESSAM SÃO:**  
ANÁLISE DE CENÁRIOS POLÍTICOS,  
GESTÃO DE RISCOS, POLÍTICAS PÚBLICAS.

Pesquisa realizada pela Abrig no período de 28 de fevereiro a 13 de março de 2019 com associados e interessados na área de Relações Institucionais e Governamentais.

# NASCE O BARÔMETRO ABRIG-IPE

NOVA PARCERIA DA ASSOCIAÇÃO COM O INSTITUTO DE PESQUISAS & ESTRATÉGIAS (IPE) VAI OFERECER LEVANTAMENTOS TRIMESTRAIS DE OPINIÃO E ANÁLISES SOBRE O DESEMPENHO DO GOVERNO BOLSONARO E DE SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS

ADRIANA VASCONCELOS <sup>1</sup>



Em uma nova parceria com o Instituto de Pesquisas & Estratégias (IPE), a Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig) lançou no fim do ano passado mais um produto que ajudará seus associados a analisar as expectativas dos brasileiros e contribuir, assim, na formulação de Políticas Públicas.

A partir de pesquisas de opinião que serão divulgadas a cada trimestre, os profissionais de Relações Institucionais e Governamentais (RIG) poderão acompanhar de perto o desempenho do governo Bolsonaro, bem como a avaliação de suas principais propostas, como a reforma da Previdência.

A I Rodada do Barômetro Abrig-IPE, divulgada no início de janeiro, antecipou de certa forma a expectativa dos brasileiros diante do novo governo e também as resistências da sociedade à tão aguardada reforma da Previdência.

O resultado da pesquisa telefônica – realizada entre os dias 23 e 26 de dezembro de 2018 e que entrevistou 2.091 pessoas das cinco regiões do país – já mostrava que apenas 2% dos entrevistados consideravam a reforma da Previdência uma prioridade para o país, ao contrário do que defende a equipe econômica do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Foi quase um prenúncio das dificuldades que Bolsonaro e seus articuladores políticos enfrentariam pouco tempo depois para convencer os brasileiros que, sem as mudanças nas regras da aposentadoria e a redução do déficit nas contas públicas, as demais prioridades da sociedade dificilmente serão atendidas.

Entre essas prioridades dos entrevistados, à frente da reforma da Previdência, apareciam a saúde (25%), educação (21%), segurança pública (14%), geração de empregos (13%), combate à corrupção (11%) e redução de impostos (6%).

A despeito do otimismo moderado ou ceticismo esperançoso dos 49% de entrevistados que declararam acreditar que o governo Bolsonaro pode resolver os principais problemas do país, a I Rodada Barômetro Abrig-IPE também antecipou o apoio popular ao pacote anticrime lançado recentemente pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, na medida em que os entrevistados colocaram as medidas de combate à corrupção entre suas cinco prioridades.

## COMBATE À CORRUPÇÃO

A Abrig aproveitou a onda favorável ao combate à corrupção e o fato de o ministro Sérgio Moro ter incluído a regulamentação do lobby entre as prioridades de sua pasta, para se colocar à disposição do novo governo para debater o tema. Esse, aliás, foi o assunto do primeiro “Café com Autoridades” promovido pela Abrig em fevereiro e que contou com a participação do secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Pontel, e a secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União (CGU), Cláudia Taya.

Esse também foi um dos temas da audiência da diretoria da Abrig com o novo titular da Controladoria Geral da União, Wagner do Rosário, no dia 2 de janeiro.



A pesquisa Abrig-IPE trouxe ainda um corte regional sobre as prioridades dos brasileiros de acordo com sua respectiva realidade local. Os mais otimistas em relação ao governo Bolsonaro estavam no Norte (67%) e os mais desconfiados no Nordeste (40%).

Mais da metade da população do país apostava, antes da posse, que Bolsonaro faria um governo ótimo (29%) ou bom (27%). Se somarmos os 22% que esperavam uma gestão regular (22%), a expectativa positiva alcançava 78% da população.

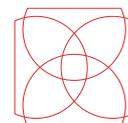
O resultado da I Rodada do Barômetro Abrig-IPE apontou ainda dificuldades para o Legislativo e o Judiciário reverterem uma baixíssima aprovação por parte da população.

Os números da pesquisa mostraram o Brasil como um país conservador, onde 35% se declaram de direita, 33% de centro e apenas 10% de esquerda. Pelo menos metade desses representantes de direita são jovens entre 16 e 24 anos de idade (50%).

A II Rodada do Barômetro ABRIG-IPE deverá ser divulgada em abril, durante redonda com analistas políticos convidados. ✘

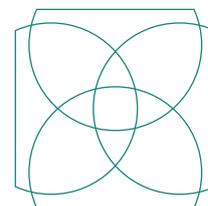


<sup>1</sup> **Adriana Vasconcelos** é jornalista e consultora de Comunicação. Graduada pela UnB, atuou como repórter política no Correio Braziliense, Gazeta Mercantil e Globo. Em 2012, abriu sua própria empresa de assessoria e consultoria, a AV Comunicação Multimídia.



# O VALOR SUPREMO

## AO LONGO DE SEU TEXTO, A MODERNA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA RESSALTA O CARÁTER ESSENCIAL DA SEGURANÇA JURÍDICA



TORQUATO JARDIM <sup>1</sup>

Segurança é um dos sete “valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida (...) com a solução pacífica das controvérsias” sobre que constituída a República Federativa do Brasil como Estado democrático de direito. É a profissão de fé que o constituinte eleito livremente pelo voto popular expressou em nome da sociedade civil.

Segurança nesse contexto de valor supremo é norte inafastável para a condução de todos os negócios de Estado e para a lealdade das interações humanas. Irrelevante ao argumento estar o valor supremo posto no preâmbulo da Constituição – o que para muitos implicaria não conter ele força normativa vinculante. A moderna leitura da Constituição – todavia, confere também aos seus princípios implícitos a necessária carga decisória para cimentar o quadro normativo.

Segurança no preâmbulo tem significado vasto. Circunscrevê-lo ao âmbito jurídico seria apequenar a própria noção de valor supremo. Porque seu papel envolve todas as circunstâncias da gerência do Estado e todos os interesses da vida cotidiana da família e dos grupos sociais é que está ela presente – também e principalmente, quando se demanda educação, saúde e alimentação, saneamento e moradia, transporte público, segurança pública (em sentido estrito) – para mencionar apenas os temas que mais demandam da relação da sociedade civil com o Estado.

Segurança em educação implica oportunidade de acesso à educação de qualidade com professores que tenham dignificada sua profissão, em instalações que estimulem o aprendizado e a convivência coletiva e que, ao final, enseje ascensão econômica e social.

Segurança em saúde e alimentação desde a primeira infância de sorte a proteger as potencialidades do ser humano, em especial nos primeiros mil dias desde a concepção, sem o que danos físicos e psicológicos insuperáveis tendem a ocorrer.

Segurança em saneamento e moradia como traços mínimos de dignidade de prover teto o trabalhador – ele ou ela, a si e à sua família. Segurança em transporte público para o ir e vir de trabalho ou lazer. Segurança pública em sentido estrito, seja em face da criminalidade saída da falta de escola, de trabalho e de moradia digna, seja do crime organizado, seja do “colarinho branco” a saquear o dinheiro público.

Segurança que assegure dignidade para as mulheres, as crianças e outros grupos vulneráveis, vítimas diárias da violência física e da intolerância. Especialmente aquelas privadas de liberdade a amamentar e a criar seus filhos nas sombras das masmorras. E os seus filhos que do lado de fora não são menos carentes de assistência e cuidado.

### Todas as circunstâncias da gerência do Estado e todos os interesses da vida cotidiana da família e dos grupos sociais demandam segurança

Esse “caderno de seguranças” é que dá substância à segurança no ângulo jurídico. O Direito é servo, não é senhor. Sua razão de ser é instrumentar a segurança em todas as suas manifestações na vida humana – pessoal e institucional. Será ele tão mais útil quanto mais criativamente antecipar as hipóteses de desarmonia e quanto mais rapidamente resolver a

desarmonia posta.

Em apertada síntese, nesse quadro jurídico são duas as linhas históricas. Uma, a livre descoberta do direito na qual, inexistente órgão legislativo central, a autoridade instituída resolve a demanda caso a caso. A segurança jurídica surgirá no longo curso do tempo conforme se constitua um volume representativo de decisões sobre casos assemelhados. A outra, a descoberta do direito em face da norma legislada em abstrato pelo órgão central. Neste caso a segurança jurídica estará posta em tese.

Nenhuma das linhas históricas atrai a certeza da resolução do caso concreto. A segurança jurídica está na certeza de que a decisão será tomada conforme um dos dois métodos. Na prática do direito moderno, sabidamente, a autoridade constituída frequentemente combina os dois métodos. À



vinculação da lei em tese editada pelo órgão legislativo central se junta a consolidação de situações análogas do passado para a resolução do caso concreto presente. Ou seja, uma e outra, a lei em tese e as decisões consolidadas, se somam para reforço da segurança jurídica.

A segurança jurídica é tratada em inúmeras passagens da Constituição e de leis sempre a conter a discricionariedade tanto do legislador abstrato quanto do julgador ou administrador concreto.

Assim, na Constituição, “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito; a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada; não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal; a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu; ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente; ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal; aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” (art. 5º, XXXV, XXXVI, XXXIX, XL, LIII, LIV, LV).

Não é outro intento senão a busca de segurança jurídica a competência do Supremo Tribunal Federal para editar súmulas “de efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal” – cuja inobservância ensejará reclamação perante aquele tribunal (art.103-A, caput e §3º).

Ainda a Constituição, ao submeter todas as autoridades públicas nos três Poderes e nos três níveis da Federação aos mandamentos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, legitimidade e economicidade (caput dos art. 37 e 71).

Esses mandamentos constitucionais não só são repetidos na Lei do Processo Administrativo, como também nela está que “o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé” (Lei 9784/99, art., 2º, caput, e 54).

A mesma lei, ao estabelecer os critérios da decisão administrativa, veda a aplicação retroativa de nova interpretação (art. 2º, parágrafo único, XIII).



Na mesma linha, a modulação dos efeitos das declarações de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo pelo Supremo Tribunal Federal: “(...) tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal (...) restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir do seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado” (Lei 9868/99, art. 27). Outro exemplo, os acréscimos recentes à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: “nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão; a revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas” (Lei 13.655/18, art.20 e 24).

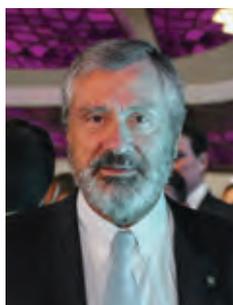
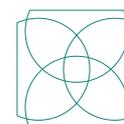
### **A segurança jurídica é caudatária das muitas outras seguranças que a vida humana individual, em família e na política requerem para sua felicidade**

A segurança jurídica é, pois, caudatária das muitas outras seguranças que a vida humana individual, em família e na política requerem para sua felicidade. O Direito é servo, não é senhor – repita-se. Sua razão existencial é oferecer

mecanismos pré-estabelecidos, certos, lógicos e racionais, que, de um lado, garantam a cultura reconhecida e consolidada, e, de outro, assegurem a imparcialidade institucional indispensável à resolução ordenada dos inevitáveis conflitos inerentes à natureza humana. Com isso, realizam-se outros valores supremos

fundantes – a harmonia social e a solução pacífica das controvérsias como caminhos para a igualdade e a justiça.

Segurança jurídica, todavia, é muito mais do que a igualdade formal de acesso às instituições do Estado. O ângulo material – de sua realização substantiva, ainda está por acontecer para uma parcela imensa dos brasileiros. O direito engajado, nas mãos de instituições criativas e inovadoras, nos três ramos do Poder do Estado e na sociedade civil, é o único instrumento de realização pacífica de políticas públicas que, lealmente implantadas, promovam o encontro de todos nas oportunidades do espaço coletivo comum. ✕



<sup>1</sup> **Torquato Jardim** é advogado em Brasília e foi ministro do Tribunal Superior Eleitoral (1988-96) e ministro da Transparência (CGU) e da Justiça (2016-18).

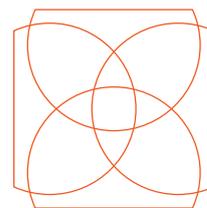
# FAKE OU VERDADE?



## SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE DE RIG (PL 1202/07)

-  **FAKE:** O substitutivo cria a profissão de “lobista”.
  -  **VERDADE:** A atividade de relações institucionais e governamentais RIG é oficialmente reconhecida pelo Ministério do Trabalho na Classificação Brasileira de Ocupações, desde 19/02/2018.
- 
-  **FAKE:** A discussão do projeto está açodada.
  -  **VERDADE:** O Projeto de Lei tramita desde 2007, e o assunto é debatido desde 1972.
- 
-  **FAKE:** A aprovação da lei (PL 1202) reduzirá a corrupção.
  -  **VERDADE:** A corrupção é um problema cultural, não legal.
- 
-  **FAKE:** O Brasil vai burocratizar a participação social.
  -  **VERDADE:** A OCDE e o Movimento Transparência Internacional, sediado em Berlim desde 1993, apoiam a regulamentação da atividade RIG em países em desenvolvimento.
- 
-  **FAKE:** Relatórios anuais e cadastros obrigatórios de RIG aumentam a transparência.
  -  **VERDADE:** Só burocratiza. Relatórios nunca comprovam nenhum ilícito.
- 
-  **FAKE:** O Substitutivo (PL 12020 altera outras leis.
  -  **VERDADE:** A regulamentação da atividade de RIG, como proposta no PL 1202, não invade nenhuma legislação consolidada.
- 
-  **FAKE:** Os EUA são referência internacional em regulamentação.
  -  **VERDADE:** Já foram desde 2007 quando aprovou uma lei burocratizante e policialesca, inúmeros relatórios, os números de profissionais decresce ano, a ano, crescendo a informalidade.

# O LOBBY NA TELA GRANDE



O COTIDIANO DOS PROFISSIONAIS DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS INSPIRA HISTÓRIAS E PERSONAGENS MARCANTES CRIADOS POR HOLLYWOOD. SUCESSOS COMO ARMAS NA MESA E O SUPER LOBISTA FAVORECEM DEBATES E ESTEREÓTIPOS

SÍLVIO RIBAS <sup>1</sup>

“Fazer lobby é prever movimentos do adversário e elaborar contramedidas. O vencedor traça um passo à frente e joga seu trunfo logo após o oponente jogar o trunfo dele. Trata-se, então, de surpreendê-lo e não deixar que ele surpreenda você.” A fala de Elizabeth Sloane – protagonista de *Armas na Mesa* (*Miss Sloane*, 2016) – sintetiza toda a trama do filme e o *modus operandi* dessa talentosa e obstinada lobista de Washington.

*Armas na Mesa* é uma das melhores transposições para o cinema de uma atividade regulada nos Estados Unidos desde 1946. Dirigido pelo inglês John Madden, esse thriller político foi aplaudido pela crítica, que destacou a atuação brilhante de Jessica Chastain como a personagem central e o primoroso roteiro assinado por um estreante, o português Jonathan Perera.

Madden, que tem no currículo títulos como *A Grande Mentira* (2010) e *Shakespeare Apaixonado* (1998), pelo qual foi indicado ao Oscar, leva para a telona temas muito atuais: desarmamento, sistema eleitoral, perda de privacidade, redes sociais, papel da imprensa, corrupção e, claro, lobby. Tudo junto e misturado na história, que detalha bastidores da vida de políticos e de lobistas nos corredores do Capitólio.

Em todo o longa conhecemos – e nos surpreendemos – com a lobista, que no tempo presente decide pedir demissão da empresa onde trabalha para se mudar para uma menor, que busca obter leis mais rígidas para o porte de armas. Isso justo após ter sido convidada para apoiar a bancada de senadores favoráveis aos interesses da indústria armamentista.

Ao se opor à bancada mais poderosa, a dos senadores pró-armas, a lobista convicta e sedenta por vitória encarou a mais difícil e arriscada disputa da carreira. Mas tal qual mestre enxadrista e general em batalha, a temida e odiada influenciadora emprega todas habilidades e recursos para conquistar objetivos cada vez mais desafiadores. A ação no filme é ditada por ela do início ao fim, refletindo seu estado de espírito a cada cena.

Famosa pelas suas muitas estratégias heterodoxas, Miss Sloane testa os limites éticos da sua atividade e evidencia os meios existentes para se vencer uma causa. Com isso, aprofunda o debate sobre valores e ideais e ainda deixa questões para a reflexão geral. É algo instigante, sobretudo no Brasil, onde o termo lobista é usado de forma pejorativa.

O *Super Lobista* (*Casino Jack*, 2010) é outro filme que merece ser visto pelas mesmas razões. Seu maior mérito está, contudo, na interpretação magistral de Kevin Spacey como Jack Abromoff, o personagem da vida real que tombou diante da própria ganância. O ator Barry Pepper também se saiu bem como Michael Scanlon, parceiro do protagonista nas negociações.

O diretor George Hickenlooper explora a trajetória do lobista que ficou conhecido por envolver congressistas americanos em ilícitos que geraram prejuízos aos cofres

públicos e revelaram uma penca de escândalos. Abramoff e Scanlon foram acusados de subornar parlamentares e obrigar cassinos indígenas, seus clientes, a pagarem mais pelos seus serviços.

Temos nessa breve lista de produções cinematográficas sobre lobby o Obrigado por Fumar (2005). O filme narra o mundo de Nick Naylor, defensor do direito dos fumantes e que tem especial poder de argumentação. Porta-voz de companhia de tabaco, ele sabe jogar a favor de interesses desse

mercado e ainda constrói imagem positiva do cigarro para a sociedade.

Em tempo: A Mulher Faz o Homem (Mister Smith Goes Washington, 1939), precursor dos filmes dessa temática, completará no próximo Natal 80 anos da estreia no Brasil. Nesse clássico de Frank Capra, Jefferson Smith, interpretado por James Stewart, sai do interior como senador eleito e chega à capital federal cheio de sonhos e boas intenções. Mas o político jovem é logo confrontado como os reais interesses que movem os colegas. ✘

## SERVIÇO

### ARMAS NA MESA

Direção: John Madden  
 Lançamento: 2016  
 Elenco: Jessica Chastain (Elizabeth Sloane), Gugu Mbatha-Raw (Esme Manucharian), John Lithgow (Senador Ron M. Sperling).



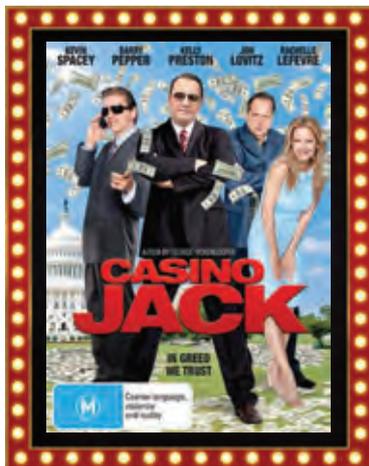
### OBRIGADO POR FUMAR

Direção: Jason Reitman  
 Lançamento: 2005  
 Elenco: Aaron Eckhart (Nick Naylor), Katie Holmes (Heather Holloway), Maria Bello (Polly Bailey).



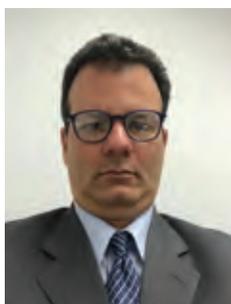
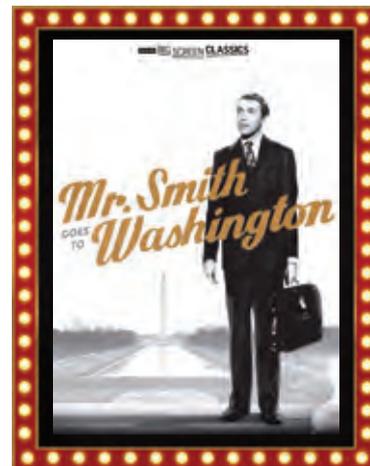
### O SUPER LOBISTA

Direção: George Hickenlooper  
 Lançamento: 2010  
 Elenco: Kevin Spacey (Jack Abramoff), Jon Lovitz (Adam Kidan), Barry Pepper (Michael Scanlon).

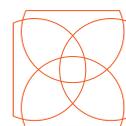


### A MULHER FAZ O HOMEM

Direção: Frank Capra  
 Lançamento: 1939  
 Elenco: James Stewart (Jefferson Smith), Jean Arthur (Clarissa Saunders), Claude Rains (Senador Joseph Harrison Paine).



<sup>1</sup> **Silvío Ribas** é jornalista graduado pela PUC Minas com atuação em veículos como Gazeta Mercantil, Estado de Minas e Correio Braziliense, nas funções de repórter, editor e chefe de reportagem. Em sua carreira ganhou 11 prêmios e realizou coberturas nos EUA, Noruega, França (G20), Omã e China. Também foi assessor da Companhia de Concessões Rodoviárias, da Executiva Nacional do PSDB e dos senadores Ricardo Ferraço e Lasier Martins. É pós-graduado em Relações Institucionais pelo Ibmecc-DF.



# EVENTOS ABRIG

## Audiência Abrig – Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner de Campos Rosário

02/01/2019

No primeiro dia útil do ano de 2019, dia das posses ministeriais, o Ministro da CGU, Wagner de Campos Rosário, recebeu a Abrig como primeira audiência de trabalho para tratar da Regulamentação das atividades de RIG no Poder Executivo.



## Presidente da Abrig em Audiência no Ministério da Economia, Secretário de Desestatização e Desinvestimento, Salim Mattar

21/01/2019

O presidente da Abrig, Guilherme Cunha Costa, realizou a apresentação institucional da Associação e do projeto para realização de Conferência Internacional sobre desestatização, prevista para setembro de 2019, no intuito de sintonizar com as diretrizes políticas do Ministério da Economia.



## Presidência do TCU recebe a Presidência da Abrig

21/01/2019

Presidente TCU, ministro José Muccio, e o assessor RIG TCU, Mauricio de Albuquerque Wanderley; recebeu o presidente da Abrig, Guilherme Cunha Costa, e a vice-presidente Ivonice Campos, para a realização em parceria da Conferência Internacional sobre Desburocratização e Combate à Corrupção.



## Procurador da República, Deltan Dallagnol, apoia a regulamentação do lobby

23/01/2019

Em encontro com o presidente da Abrig, Guilherme Cunha Costa, e o diretor-regional do Paraná, Fábio Aguayo, o procurador da República Deltan Dallagnol, que integra a Operação Lava Jato, manifestou-se a favor da legítima defesa de interesse, usual nas economias desenvolvidas.



## Ministério da Justiça recebe o Comitê de Regulamentação de RIG

31/01/2019

O Ministro da Justiça designa o consultor jurídico-adjunto, Valmirio Alexandre Gadelha Júnior, para receber o Comitê de regulamentação de RIG e ampliar o debate em parceria com a Abrig.



## Assembleia Geral Extraordinária (AGE) Abrig na Anabb

04/02/2019

Na AGE Abrig realizada no auditório de sua associada Pessoa Jurídica, Associação Nacional do Banco do Brasil (ANABB), foi apresentada a pauta de temas prioritários 2019: Conferências Internacionais + Combate à Corrupção; + Desestatização; + Segurança Jurídica; + Regulamentação da atividade de RIG; programação anual de atividades e de Cursos e Eventos.



## Abrig realiza Café com Autoridades Convidados: Ministério da Justiça e CGU

06/02/2019

Participaram do Café Abrig as autoridades: secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Luiz Pontel de Souza, e a secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União (CGU), Cláudia Taya; e os deputados federais, Arnaldo Jardim e João Roma. O diálogo focou a regulamentação da atividade de RIG e destacou-se o empenho da Abrig na defesa da Ética e Transparência no diálogo público-privado.



## Audiência da Abrig no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações -MCTIC

20/02/2019

O Subsecretário de Unidades Vinculadas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Lorenzo Jorge Eduardo Cuadros Justo Junior, recebeu a Abrig para tratar sobre a participação da Abrig no Comitê de Privados na União Postal Universal (UPU - ONU).

## Audiência Abrig com Secretário de Estado de Educação DF (SEEDF)

22/02/2019

A Abrig participou de audiência com o Secretário-Adjunto da SEEDF, Mauro Oliveira, para apresentação institucional e do projeto “Corrupção se combate com educação” além de proposta de parceria para a Conferência Internacional sobre Educação.



## Abrig participa do Lançamento do Livro MBA em Relações Institucionais e Governamentais da FGV – Trabalhos Acadêmicos Selecionados

26/02/2019

A Abrig é parceira da FGV MBA em Relações Institucionais e Governamentais. Parabeniza os professores, organizadores do livro, associados Abrig, Andréa Gozetto e Rodrigo Navarro.



## Comemoração do dia Internacional da Mulher

08/03/2019

No Palácio do Buriti DF, a vice-presidente da Abrig, Ivonice Campos, reuniu com a CACB (Confederação das Associações Comerciais do Brasil), e as Secretarias de Cultura, Ciência e Tecnologia e Inovação, da Mulher e da Educação para celebrar o dia da mulher.



## Abrig e Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação DF (SECTI) assinam um importante acordo de cooperação

11/03/2019

A Abrig e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) firmaram acordo de cooperação para promover intercâmbio de informação e cooperação técnico-científica. O Presidente da Abrig Guilherme Cunha, a vice-presidente Ivonice Campos e Gilvan Máximo, secretário da SECTI, veem no acordo a oportunidade de desenvolver importantes projetos, inclusive no Campus Party Brasília 2019, com o desenvolvimento do Legislômetro, que vai mostrar para a população que o excesso de leis é um inibidor do desenvolvimento.



## Reunião Aberta Diretoria Abrig

29/11/2018

Na reunião a pauta compreendeu: acordos de cooperação e convênios; calendário de cursos e eventos; a formalização de Grupos de Discussão (GDs); e destaque para a definição de estratégia de regulamentação RIG.

## Reunião do Conselho Nacional das Mulheres Empresárias na CACB

12/03/2019

A Presidente Conselho Nacional das Mulheres Empresárias, Tânia Rezende recebeu Abrig para estreitar a parceria e realização de eventos conjuntos 2019.



## Associação Comercial do DF recebe Abrig e parlamentares além da CACB e Secretarias DF para homenagear as mulheres do DF

12/03/2019



## Abrig Recebe Michelin para novas parcerias

14/03/2019

Presidente da Abrig recebe o diretor de Relações Governamentais e Institucionais, Werner Ruess, e o Corporate Vice President Public Affairs, Eric Le Corre, da Michelin, para tratar de parcerias sobre RIG.



## Parceria Abrig – Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CDNL)

15/03/2019

A parceria Abrig CNDL iniciou com Curso sobre a importância de RIG nas políticas públicas., em Vitória Espírito Santo.



## Presidente da Abrig em audiência com a Primeira Secretária da Câmara dos Deputados

19/03/2019

O Presidente da Abrig, Guilherme Cunha Costa, foi recebido em audiência pela 1ª Secretária da Câmara dos Deputados, Deputada Soraya Alencar dos Santos, para tratar do relacionamento entre o agente público e privado.



## COMITÊ JOVEM RIG/ABRIG

21/03/2019

O Comitê Jovem RIG, representado por Jonas Sertório participou da abertura das turmas de Direito e Administração do Mackenzie, em Brasília, destacando a importância da atividade de RIG regulamentada pela CBO em fevereiro de 2018.



## Abrig Debate SP - Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles

25/03/2019

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, participou do Debate Abrig SP sobre as propostas do Ministério no novo governo e respondeu ao debate com os convidados da Diretoria Abrig SP, liderado por Andrew Greenles. O evento foi promovido pela Abrig em parceria com a Sociedade Rural Brasileira (SRB), representada pelo presidente Marcelo Weyland Barbosa Vieira.



## Comitê de Regulamentação Abrig na Câmara dos Deputados

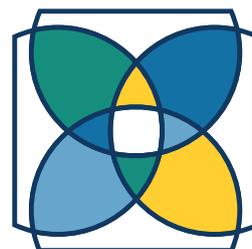
28/03/2019

O Comitê de Regulamentação Abrig reúne com o deputado Paulo Eduardo Martins, para tratar do PL 1202/07 - Regulamentação RIG, a exemplo das reuniões com os demais parlamentares.



# CURSOS ABRIG

CONSTRUÍMOS PARCERIA NA  
ÁREA DE CAPACITAÇÃO COM  
IMPORTANTES ENTIDADES.



**Abrig**  
Associação Brasileira de  
Relações Institucionais  
e Governamentais

Extensão - **IEL/CNI**

Setorial - **FIESP, ABDIB, SRB/ABAG**

Internacional - **IEL/CNI**

Rápidos - **DIVERSOS**

MBA - **FGV**

MAIS INFORMAÇÕES EM: [WWW.ABRIG.ORG.BR](http://WWW.ABRIG.ORG.BR)



## Homenagem às Mulheres Brasileiras Exponentes da Ética, Transparência, Cultura e Tecnologia – Cine Brasília com Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro

26/03/2019

A Abrig em parceria com as Secretarias do GDF, Ciência, Tecnologia e Inovação e Cultura concedeu homenagem as Mulheres formadoras de opinião que pavimentam sua trajetória profissional e pessoal e ascenderam como principais lideranças femininas do país, criando soluções éticas aos problemas e desafios vivenciados pela nação e deixando sua marca na humanidade.

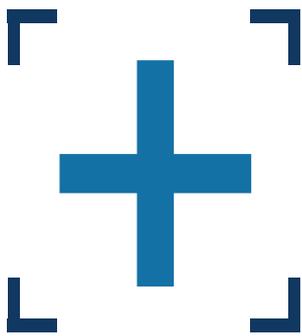
### Homenageadas 2019:

- **Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro**, Primeira-dama da República Federativa do Brasil
- **Marlova Jovchlovitch Noleto**, Diretora-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO no Brasil
- **Tereza Cristina da Costa Dias**, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil
- **Carmem Lúcia Rocha**, Ministra STF, ex-presidente, segunda mulher da história do país a presidir o STF.
- **Raquel Dodge**, Primeira mulher a chefiar a Procuradoria Geral da República – PGR
- **Mayara Noronha Rocha**, Primeira-Dama do Distrito Federal, Advogada e Ativista social
- **Fabiana Costa Oliveira Barreto**, Procuradora Geral De Justiça do GDF
- **Ludmila Lavocato**, Procuradora Geral do GDF
- **SIMONE TEBET**, Senadora presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
- **Leila Gomes De Barros**, Primeira mulher eleita Senadora pelo Distrito Federal e Medalhista Olímpica pelo Brasil
- **Mara Gabrielli**, Senadora eleita melhor parlamentar pelo Estado de São Paulo e a terceira melhor do país pela revista Veja. Defensora das questões assistenciais das pessoas com deficiência
- **Beatriz Kicis Torrents de Sordi**, Deputada Federal pelo Distrito Federal, ex-Procuradora do Distrito Federal e ativista social
- **Fátima Nancy Andrighi**, Ministra do Superior Tribunal de Justiça, ex-Corregedora Nacional do Conselho Nacional de Justiça.
- **Claudia Taya**, Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União – CGU
- **Ericka Filippelli**, Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres do Distrito Federal
- **Ilana Trombka**, Diretora-Geral do Senado Federal do Brasil
- **Marcia Abrahão Moura**, Reitora da Universidade de Brasília – UnB
- **Eda Coutinho**, Reitora e fundadora do IESB - Instituto de Educação Superior de Brasília. Possui o título de “Cidadã do Mundo pela Paz” concedido pela Academia Internacional de Cultura - AIC.
- **Tânia Mara Rezende**, Presidente do Conselho Nacional da Mulher Empresária – CNME/CACB
- **PATRÍCIA RÊGO**, Conselho de Mulheres da Associação Comercial do DF
- **Sandra Soares Costa e Janete Vaz**, Co-fundadoras dos Laboratórios Sabin, líderes em seu segmento e por 14 anos consecutivos premiado como uma das 10 Melhores Empresas
- **Ivonice Aires Campos Dias**, Presidente da IR Consultores, Vice-presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais – ABRIG, Líder do Comitê Cultural do Grupo Mulheres do Brasil DF
- **Joana Ribeiro Costa de Faria**, Coordenadora do Comitê de Ética do Conselho Regional de Medicina do DF e Secretária da Sociedade Brasileira de Dermatologia do DF
- **Miranda Castro**, Empreendedora do ramo de construção civil
- **Paula Santana**, Cidadã honorária de Brasília, jornalista, filantropa, sócia fundadora e Diretora de Conteúdo do Grupo de Comunicação GPS Lifetime e REPÚBLICA GPS
- **Kátia Ferreira**, fundadora do Instituto Proeza de educação e saúde em prol das mulheres vítimas de violência

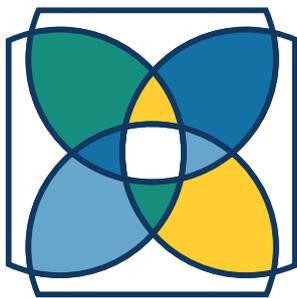


# PILARES DE ATUAÇÃO

BUSCAMOS O INTERESSE COLETIVO,  
POR ISSO TEM COMO VALORES:



**DIÁLOGO, ÉTICA  
E TRANSPARÊNCIA**



**Abrig**  
Associação Brasileira de  
Relações Institucionais  
e Governamentais

- + CAPACITAÇÃO**
- + CONSCIENTIZAÇÃO**
- + REGULAMENTAÇÃO**
- + RELACIONAMENTO**

MAIS INFORMAÇÕES EM: [WWW.ABRIG.ORG.BR](http://WWW.ABRIG.ORG.BR)



**Abrig**  
Associação Brasileira de  
Relações Institucionais  
e Governamentais

(61) 3327-0731 [contato@abrig.org.br](mailto:contato@abrig.org.br)  
SHN Qd 01, Bloco A - Edifício Le Quartier  
Sala 1223 - Brasília/DF  
Cep 70701-000

# PLATAFORMA DE CAPACITAÇÃO, INFORMAÇÃO, RELACIONA

**REVISTA  
ABRIG**

**DIÁLOGO  
ABRIG**

**SELO  
ABRIG**

JANEIRO



**CAFÉ COM  
AUTORIDADE**

**TV  
ABRIG**

FEVEREIRO

**CAFÉ  
ESPECIAL  
MULHERES**

**DIÁLOGO  
ABRIG**

**TV  
ABRIG**

MARÇO

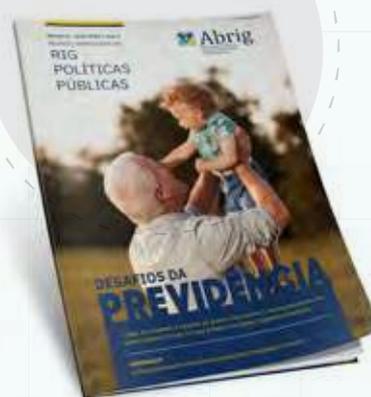
**CAPACITAÇÃO**



**COMITÊS  
TEMÁTICOS**

**ENCONTRO  
ABRIG**

**REVISTA  
ABRIG**



# Abriq

Associação Brasileira de  
Relações Institucionais  
e Governamentais

## VENHA PARTICIPAR DESSA PLATAFORMA

Participando da ABRIG você tem contato com os principais profissionais de Relações Institucionais e Governamentais, sistema certificado de compliance, cursos, ampla rede de relacionamento qualificado e inúmeras vantagens.



**CAFÉ COM  
AUTORIDADE**

**TV  
ABRIG**

**ABRIL**

**HAPPY  
HOUR**

**DIÁLOGO  
ABRIG**

**TV  
ABRIG**

**MAIO**



**CAFÉ COM  
AUTORIDADE**

**TV  
ABRIG**

**JUNHO**

**CURSO  
EXTENSÃO**

**COMITÊS  
TEMÁTICOS**

**SEMINÁRIO  
ABRIG**

**CURSO  
EXTENSÃO**

**COMITÊS  
TEMÁTICOS**

**CURSO  
EXTENSÃO**

**CONFERÊNCIA  
INTERNACIONAL**



**MAIS**   **+** **DIÁLOGO, ÉTICA  
E TRANSPARÊNCIA**

**EVENTOS EM 2019**



**13 DE AGOSTO DE 2019**

# PRÊMIO MARCO MACIEL

ÉTICA E TRANSPARÊNCIA NA RELAÇÃO  
ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

## INSCRIÇÕES ABERTAS

INSCREVA-SE NO PRÊMIO E CONCORRA NAS SEGUINTE CATEGORIAS:

- RIG EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS
- RIG EM ORGANIZAÇÕES PRIVADAS OU MISTAS
- RIG NA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
- JORNALISMO SOBRE A ATIVIDADE DE RIG
- INSTITUIÇÃO DE ENSINO EM RIG

O Prêmio Marco Maciel só foi possível por ter contado com o apoio da:



**INSCRIÇÕES EM: [www.abrig.org.br](http://www.abrig.org.br)**



**Abrig**

Associação Brasileira de  
Relações Institucionais  
e Governamentais

[www.abrig.org.br](http://www.abrig.org.br)  
(61) 3327-0731 [contato@abrig.org.br](mailto:contato@abrig.org.br)  
SHN Qd 01, Bloco A - Edifício Le Quartier  
Sala 1223 - Brasília/DF  
Cep 70701-000